

# **Angola**

## **Mid-Term Evaluation**

**Thematic window: Democratic Economic Governance**

**Programme Title: Governance of Water and Sanitation in  
Angola's Poor Neighbourhoods**

**Author: Vincent Lefebvre, Consultant**

## **Prologue**

The current mid-term evaluation report is part of the efforts being implemented by the Millennium Development Goal Secretariat (MDG-F), as part of its monitoring and evaluation strategy, to promote learning and to improve the quality of the 128 joint programs in 8 development thematic windows according to the basic evaluation criteria inherent to evaluation; relevance, efficiency, effectiveness and sustainability.

The aforementioned mid-term evaluations have been carried out amidst the backdrop of an institutional context that is both rich and varied, and where several UN organizations, working hand in hand with governmental agencies and civil society, cooperate in an attempt to achieve priority development objectives at the local, regional, and national levels. Thus the mid-term evaluations have been conducted in line with the principles outlined in the Evaluation network of the Development Assistant Committee (DAC) - as well as those of the United Nations Evaluation Group (UNEG). In this respect, the evaluation process included a reference group comprising the main stakeholders involved in the joint programme, who were active participants in decisions making during all stages of the evaluation; design, implementation, dissemination and improvement phase.

The analysis contained in the mid-term evaluation focuses on the joint program at its mid-term point of implementation- approximately 18 months after it was launched. Bearing in mind the limited time period for implementation of the programs (3 years at most), the mid-term evaluations have been devised to serve as short-term evaluation exercises. This has limited the scope and depth of the evaluation in comparison to a more standard evaluation exercise that would take much longer time and resources to be conducted. Yet it is clearly focusing on the utility and use of the evaluation as a learning tool to improve the joint programs and widely disseminating lessons learnt.

This exercise is both a first opportunity to constitute an independent "snapshot" of progress made and the challenges posed by initiatives of this nature as regards the 3 objectives being pursued by the MDG-F; the change in living conditions for the various populations vis-à-vis the Millennium Development Goals, the improved quality in terms of assistance provided in line with the terms and conditions outlined by the Declaration of Paris as well as progress made regarding the reform of the United Nations system following the "Delivering as One" initiative.

As a direct result of such mid-term evaluation processes, plans aimed at improving each joint program have been drafted and as such, the recommendations contained in the report have now become specific initiatives, seeking to improve upon implementation of all joint programs evaluated, which are closely monitored by the MDG-F Secretariat.

Conscious of the individual and collective efforts deployed to successfully perform this mid-term evaluation, we would like to thank all partners involved and to dedicate this current document to all those who have contributed to the drafting of the same and who have helped it become a reality (members of the reference group, the teams comprising the governmental agencies, the joint program team, consultants, beneficiaries, local authorities, the team from the Secretariat as well as a wide range of institutions and individuals from the public and private sectors). Once again, our heartfelt thanks.

The analysis and recommendations of this evaluation report do not necessarily reflect the views of the MDG-F Secretariat.

**AVALIAÇÃO DE MEIO-TERMO DO PROGRAMA CONJUNTO  
“GESTÃO DA ÁGUA E DO SANEAMENTO EM ZONAS URBANAS E  
PERIURBANAS”**

**RELATÓRIO FINAL**

**VINCENT LEFEBVRE**

Janeiro 2011

## RESUMO DAS ACÇÕES PREVISTAS DO PROGRAMA<sup>1</sup>

Título do programa		"Gestão da Água e do Saneamento em Zonas Urbanas e Peri-urbanas"			
ID programa		MDG-F 1830			
Duração: 3 anos	20 Março 2009	20 Março 2012			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agências das Nações Unidas implementadoras : PNUD, OIT, OIM, UNICEF</li> <li>- Agências governamentais parceiras : Ministério de Energia e Águas, Ministério do Ambiente, Administrações Municipais de Cacucaco, Viana, Kilamba Kixaxi, Moxico, Luau, Kamanongue</li> <li>- ONGs parceiras: The Salvation Army, Care, Oxfam-GB, Lutheran World Federation, Dom Bosco, Development Workshop</li> </ul>					
Área coberta : província de Luanda: 2.257 km <sup>2</sup> e província de Moxico: 223.023 km <sup>2</sup>				Orçamento <sup>2</sup> (\$)	
<b>Objectivos do programa conjunto:</b> governação e gestão orientada para a comunidade do sector da água e saneamento em zonas rurais e peri-urbanas, promovido através de um sistema institucional, regulatório e de responsabilização orientado à autonomia				Agência	7.600.000
<b>Resultado 1:</b> Elaboração de uma política e quadro regulador favorecendo os mais vulneráveis e envolvendo a participação das comunidades na gestão de infra-estruturas de água e saneamento	<b>Resultado 1.1</b> Políticas de água e saneamento operacionais	<b>Indicador<sup>3</sup>:</b> Estudo da legislação nacional das águas levado a cabo a fim de reforça-la (se necessário) com a inclusão de uma orientação em prol dos vulneráveis e da gestão comunitária dos serviços de água <b>Indicador:</b> Política Nacional de Saneamento Ambiental, com orientação em prol das populações vulneráveis, elaborada de maneira participativa e validada pelo governo <b>Indicador:</b> Apoio dado à Unidade Técnica Nacional de Saneamento Ambiental (UTNSA) com fins de suportar a nova política de saneamento ambiental os funcionários municipais e provinciais e às ONG participantes no Programa, assim como capacitar as Administrações Municipais na sua aplicação	UNDP	300.000	
	<b>Resultado 1.2 :</b> 6 planos directores municipais de água e saneamento incluindo modelos de gestão comunitária elaborados e adoptados	<b>Indicador:</b> Estudos feitos sobre o perfil socioeconómico e a disposição dos beneficiários no processo de gestão de água e saneamento, como base para a elaboração de planos directores municipais de água e saneamento <b>Indicador:</b> Guia de elaboração de planos directores municipais de água e saneamento elaborada e aprovada de maneira participativa, que incorpora o modelo de gestão comunitária e os resultados do estudo socioeconómico <b>Indicador:</b> 6 planos directores municipais de água e saneamento <b>Indicador:</b> funcionários das RMEA dos 6 municípios participam em cursos sobre água no IFAL, incluindo sobre o Manual do Administrador e capacitados na elaboração de planos directores municipais	UNDP	550.000	
	<b>Resultado 1.3 :</b> quadro regulatório a favor dos mais vulneráveis, consolidado para água e saneamento	<b>Indicador:</b> Regulamentos do abastecimento de água e saneamento revisto com fins de reforça-los (se necessário) com a inclusão de uma orientação em prol das populações vulneráveis e da gestão comunitária, e validados pelo Executivo <b>Indicador:</b> Apoio dado à DNAAS para divulgar os novos regulamentos de água aos funcionários provinciais, municipais e da EPAL e às ONG participantes no Programa, e de capacitar os municípios na sua aplicação, com maior ênfase as tarifas e as normas de acessibilidade e qualidade	UNDP	320.000	

<sup>1</sup> Conforme o documento de programa original (PRODOC 06/2008)

<sup>2</sup> Segundo a proposta inicial

<sup>3</sup> Segundo o estudo de linha de base (06/2010)

	<b>Resultado 1.4<sup>4</sup></b> : Mídias Angolanos capacitados para divulgação e dar seguimento aos ODMs no país	Não revela-se mais no estudo de linha de base	UNDP	???
	<b>Resultado 1.5</b> : Base de dados para a água e saneamento estabelecida: SISAS a propagar informação e a guiar as reformas de políticas e regulamentos	<b>Indicador:</b> Sistema de Informação Sectorial de Água e Saneamento (SISAS) instalado nas DPEA de Luanda e Moxico, e pessoal formado <b>Indicador:</b> SISAS a produzir relatórios de acordo ao cronograma e dos formatos acordados <b>Indicador:</b> Directores e outros responsáveis estudam os relatórios produzidos pelo SISAS, e tomam as medidas apropriadas	UNICEF	467.800
<b>Resultado 2:</b> Estruturas comunitárias autónomas de água assegurando o acesso sustentável água e saneamento em todas as áreas-alvo	<b>Resultado 2.1</b> : unidades de água e saneamento reabilitadas nas áreas-alvo	<b>Indicador:</b> Até 120 novos pontos de água construídos e/ou pontos existentes reabilitados nos bairros/aldeias alvo, baseados em tecnologias de custo-benefício <b>Indicador:</b> Defecação ao ar livre eliminada e higiene melhorada nas áreas-alvo <b>Indicador:</b> Funcionários das RMEA dos 6 municípios capacitados na gestão de contratos de empreitadas de construção de sistemas de água	UNICEF	1.704.200
	<b>Resultado 2.2</b> : estruturas comunitárias de gestão de água e saneamento capacitadas	<b>Indicador:</b> Estruturas comunitárias estabelecidas ou reactivadas para fazerem a gestão de todos os pontos de água nos bairros/aldeias alvo e capacitação inicial dada <b>Indicador:</b> Capacitação das estruturas comunitárias estabelecidas concluída e as mesmas competentes para administrarem a O&M dos pontos de água, bem como a sua melhoria futura e a construção de pontos novos <b>Indicador:</b> Funcionários das RMEA dos 6 municípios capacitados sobre o modelo de gestão comunitária a implementar <b>Indicador:</b> Visitas trimestrais de supervisão e apoio efectuadas às estruturas comunitárias estabelecidas <b>Indicador:</b> Pelo menos um evento de intercâmbio de experiências e aprendizagem entre estruturas comunitárias de água organizado e documentado em cada município <b>Indicador:</b> Repartições Municipais de Água e/ou DPEA e/ou EPAL supervisionam e prestam apoio às estruturas comunitárias de água quando solicitadas	UNICEF	480.500
	<b>Resultado 2.3</b> : Empreiteiros locais capacitados para o fornecimento de equipamento e serviços aos sistemas comunitários de água	<b>Indicador:</b> 25 empreiteiros locais capacitados para executar contratos de construção de sistemas comunitários de água e de fornecimento de equipamento e serviços a sistemas comunitários de água <b>Indicador:</b> Pelo menos 50% dos empreiteiros capacitados executam satisfatoriamente contratos de construção de sistemas comunitários de água e de fornecimento de equipamento e serviços a sistemas comunitários de água <b>Indicador:</b> Pelo menos 25% dos empreiteiros capacitados continuam a fornecer peças sobressalentes e/ou outros serviços às estruturas comunitárias de água na fase de O&M dos sistemas	OIT	250.000
	<b>Resultado 2.4</b> : Projectos auto-sustentados iniciados nas áreas-alvo	<b>Indicador:</b> 70 projectos de meios de vida sustentáveis implementados em Moxico, com o objectivo de criar oportunidades de geração de empregos para membros da comunidade aumentando a sua capacidade no pagamento da água <b>Indicador:</b> 40 a 50 projectos implementados nas áreas-alvo em Luanda, de criação, melhoria ou expansão de micro empreendimentos de operadores privados de abastecimento de água <b>Indicador:</b> Pelo menos 40% dos projectos privilegiam grupos vulneráveis e mulheres	OIM	950.000

<sup>4</sup> Incluído em 2009 para apoiar o plano e estratégia de comunicação do programa

		<b>Indicador:</b> Pelo menos 25% dos projectos são liderados por mulheres Média de ingresso dos beneficiários dos projectos aumenta em pelo menos 25% antes do fim do Programa		
<b>Resultado 3:</b> Mecanismo de monitoria e financiamento de unidades comunitarias de água e saneamento estabelecidas a nível municipal	<b>Resultado 3.1 :</b> Sistemas de informação estabelecidos para monitorar e supervisor as estruturas comunitárias	<b>Indicador:</b> Fase 1 do SISAS concluída (instalação de software, recolha de dados e criação de banco de dados) e funcionários capacitados em 3 municípios em Luanda e em 3 municípios em Moxico <b>Indicador:</b> Fase 2 do SISAS (desenho e instalação de módulos) concluído e sistema a produzir a informação precisada em 6 municípios	UNDP	502.000
	<b>Resultado 3.2 :</b> Fundos Municipais de Fomento de Água e Saneamento estabelecidos	<b>Indicador:</b> Fundo de Fomento de Água e Saneamento criado em cada município para apoiar as comunidades na construção de novos sistemas de água assim como na promoção do saneamento <b>Indicador:</b> Cada município canaliza uma parte dos seus próprios fundos de infra-estruturas para o seu Fundo de Fomento de Água e Saneamento <b>Indicador:</b> Cada município apoia pelo menos uma comunidade para financiar a construção ou expansão do seu sistema de água, com fundos do seu Fundo de Fomento de Água e Saneamento	UNDP	360.000
<b>Resultado 4:</b> Mecanismos estabelecidos para a responsabilização dos municípios na prestação dos serviços de abastecimento de água e saneamento nas áreas peri-urbanas e rurais	<b>Resultado 4.0 :</b> Índice de Responsabilização Municipal melhorado	<b>Indicador:</b> Aumento do Índice de Responsabilização Municipal: 1. População de 6 municípios mostra conhecimentos adequados sobre água e saneamento; 2. Municípios reconhecem as estruturas comunitárias de governação e gestão de água e apoiam o seu funcionamento e as avaliações participativas, 3. Municípios participam em todas as reuniões de alianças de ACA e Foros de Água, e prestam contas a eles	?	?
	<b>Resultado 4.1 :</b> Organizações comunitárias nas áreas - alvo, capacitadas nos princípios de direitos humanos relacionados com água e saneamento e sua gestão	<b>Indicador:</b> Campanhas massivas de educação cívica levadas a cabo em 6 municípios sobre temas ligados a água e saneamento, os direitos dos cidadãos e as obrigações dos municípios e das outras entidades do Estado <b>Indicador:</b> População de 6 municípios mostra conhecimentos adequados sobre água e saneamento <b>Indicador:</b> Em todos os municípios há organizações comunitárias independentes que dialogam directamente com os municípios, e nos municípios de Luanda e em pelo menos um município de Moxico há evidência documentada de comunidades a exigirem os seus direitos junto aos municípios	UNICEF	250.000
	<b>Resultado 4.2 :</b> Alianças de consumidores formadas e capacitadas para reivindicarem o melhoramento de serviços	<b>Indicador:</b> Alianças de associações comunitárias de água formadas em 6 municípios, usando metodologias participativas e promovendo a iniciativa local e a capacitação de lideranças, para dialogar com municípios em defesa dos interesses dos consumidores <b>Indicador:</b> Representantes das alianças de associações capacitados para serem aceites como membros dos CACS e para exigirem melhores serviços de água e saneamento junto aos municípios	UNICEF	399.000
	<b>Resultado 4.3 :</b> Associações dos utilizadores de água e saneamento nas áreas-alvo organizadas em rede com vista a integrar a coligação nacional de água e saneamento	<b>Indicador:</b> Fórum Nacional de Água institucionalizado e em funcionamento <b>Indicador:</b> Fóruns de Água criados nos 6 municípios e em funcionamento	UNICEF	448.500
	<b>Resultado 4.4 :</b> Fórum Nacional de Água institucionalizado	Incluído no resultado 4.3	UNICEF	Ver 4.3

	<b>Resultado 4.5 :</b> Avaliação regular e participativa dos serviços de abastecimento de água e saneamento a nível local	<b>Indicador:</b> Avaliações da qualidade dos serviços de abastecimento de água e saneamento realizadas anualmente nos 3 municípios de Luanda e em pelo menos um município em Moxico, com a plena participação das organizações da sociedade civil, especialmente as associações comunitárias, em parceria com as administrações municipais	OIM	200.000
<b>Resultado 5:</b> Gestão e administração do programa	<b>Resultado 5.0 :</b> Planificação e implementação	<b>Indicador:</b> Programa planificado com eficiência, com Planos Anuais de Trabalho por agência de implementação e para o Programa, preparados e aprovados pelo Comité de Gestão do Programa (PMC) <b>Indicador:</b> Controle financeiro e de aquisições feito de acordo com as normas e a tempo <b>Indicador:</b> Implementação de actividades feita com eficácia, de acordo com o cronograma e o orçamento	UNDP	(incluído em 5.1)
	<b>Resultado 5.1 :</b> Coordenação	<b>Indicador:</b> PSC reúne duas vezes por ano, para aprovar o Plano Anual de Trabalho e o Relatório Anual <b>Indicador:</b> Comité de Gestão do Programa (PMC) reúne trimestralmente para analisar os relatórios trimestrais, entre outros temas, e assegurar o seguimento actuante do Programa, delegando aos membros a solução de problemas <b>Indicador:</b> Agências de implementação de componentes do Programa coordenam entre elas sempre que seja necessário com o objectivo de se promover um seguimento actuante do Programa	UNDP	251.500
	<b>Resultado 5.2 :</b> Monitoria e avaliação	<b>Indicador:</b> Estudo de linha de base concluído <b>Indicador:</b> Quadro de Monitoria do Programa revistado e a nova versão com valores da linha de base, e outras melhorias, aprovada pelo PMC <b>Indicador:</b> Relatórios trimestrais, semestrais e anuais elaborados de acordo com os formatos e cronograma exigidos <b>Indicador:</b> Avaliação de Meio-termo do Programa levada a cabo <b>Indicador:</b> Relatórios Anuais de 2010/11 e 2011/12 incluem avaliação interna dos indicadores de impacto, com destaque para os Índices de Autonomia Comunitária e Responsabilização Municipal <b>Indicador:</b> Avaliação Final do Programa levada a cabo	UNDP	166.500
			UNDP UNICEF OIM OIT	32% 50% 15% 3%

## Tabela de conteúdo

RESUMO DAS ACÇÕES PREVISTAS DO PROGRAMA .....	i
<i>AGRADECIMENTOS</i> .....	vii
Resumo executivo .....	viii
LISTA DE ABREVIACÕES E ACRÓNIMOS.....	xii
1. Introdução .....	1
1.1. Contexto e objectivos do programa .....	1
1.2. Objectivos da avaliação.....	2
1.3. Metodologia utilizada para a avaliação.....	3
1.4. Dificuldades e limitações durante o estudo .....	3
2. Descrição do programa .....	5
2.1. Elementos conceptuais iniciais .....	5
2.2. Descrição detalhada da evolução do programa.....	7
3. Níveis de análise: critérios de avaliação .....	9
3.1. Formulação do programa .....	9
3.1.1. Relevância .....	9
3.1.2. Apropriação da formulação – liderança nacional nos sectores do programa.....	11
3.2. Nível de processo.....	11
3.2.1. Eficiência.....	11
3.2.2. Apropriação da implementação pelos protagonistas nacionais.....	13
3.3. Resultados do programa .....	15
3.3.1. Eficácia.....	15
3.4. Durabilidade .....	19
4. Lições aprendidas e conclusão .....	22
5. Recomendações .....	24
5.1. Preparar a planificação do ANO3 .....	24
5.2. Melhorar a articulação entre diversos protagonistas .....	24
5.3. Melhorar a sustentabilidade.....	25
5.4. Aumentar o impacto potencial.....	26

5.5. Melhorar a implementação do programa.....	27
5.6. Melhorar a monitoria dos efeitos do programa e elaborar uma estratégia de saída .....	28
6. Lista de tabelas .....	30
7. Lista de anexos .....	30
Anexo 1: Termos de Referência.....	31
Anexo 2: Calendário de visitas .....	43
Anexo 3: Abordagem metodológico detalhado.....	48
Anexo 4: Apresentação PowerPoint durante o debriefing .....	52
Anexo 5: Questionário – beneficiários finais.....	61
Anexo 5: Contribuição local e nacional das actividades aos ODMs .....	65

## **AGRADECIMENTOS**

*O avaliador deseja agradecer a Sra. Amaya Olivares do PNUD que facilitou toda a organização da missão de avaliação, Srs. Edson Monteiro da UNICEF e Daniel Ziegler da OIM que facilitaram a organização da missão de terreno na província de Moxico e nos municípios de Luanda, assim como aos representantes dos Ministérios da Energia e Águas e do Ambiente, aos oficiais e funcionários das Administrações Municipais e Comunais envolvidos no programa, que tiveram amabilidade e paciência em responder a todas as minhas questões e perguntas.*

## Resumo executivo

Se o conflito armado terminou há mais de 8 anos, Angola permanece um país com recursos hídricos abundantes mas ainda inacessíveis a população: em 2006, apenas 50% da população beneficiava de acesso a água e saneamento apesar de melhoramentos contínuos desde os anos 90. Esta situação fica muito aquém dos objectivos do ODMs de mais de 65% e também não reflecte variações extremas entre zonas rurais (25% de acesso) e urbanas (80% de acesso).

Diversos programas e projectos ligados ao sector da água foram lançados pelo Governo incluindo o programa 'Água para Todos' que dá ênfase na construção e reabilitação de sistemas de água a pequena escala em vilas e o PDISA que apoia na reabilitação e ampliação de redes de distribuição mas nenhuma iniciativa tratava do abastecimento de água em zonas rurais (bombas manuais) e peri-urbanas (chafarizes).

Neste âmbito, as Nações Unidas em colaboração com o Governo elaboraram em 2007 / 2008 uma proposta de um programa de gestão da água e saneamento em zonas rurais e peri-urbanas a ser financiado pelo MDG-F e implementado em 2 áreas com problemáticas muito serias: zonas peri-urbanas em Luanda com baixa taxa de acesso (53%) que foram afectadas em 2007 por um surto de cólera e municipalidades na província de Moxico com taxas de acesso baixíssimas (10%).

O programa tem como objectivo de melhorar a governação e gestão orientada para as comunidades no sector da água e saneamento e facilitando ao nível nacional a elaboração de políticas no sector e a criação ao nível local de estruturas de gestão e regulação dos sectores de água e saneamento.

Neste fim, 4 eixos de trabalho foram inicialmente elaborados numa nota conceptual: 1. estabelecimento de um quadro institucional regido pelos direitos dos utentes (UNHRO), 2. adopção de um quadro regulador para incentivar os prestadores de serviço do sector (PNUD, UNICEF, OIM), 3. reforço das capacidades das administrações locais para monitorizar o sector (PNUD) e 4. responsabilizar os protagonistas do sector (UNICEF, UNHRO). O programa foi aprovado em Abril 2008 mas alguns meses depois, a UNHRO teve que retirar-se do país, metendo assim em dúvida o eixo 1 do programa. Isto atrasou substancialmente o programa que foi adaptado para finalmente reter as agências seguintes: o PNUD – agência líder -, UNICEF, OIM e ILO em colaboração com o MINAM e MINEA – instituição líder - do lado do Governo. O programa arrancou finalmente em Março 2009 com a disponibilização efectiva de fundos.

O fundo MDG-f financia o programa com um aporte de 7,6M\$.

Quase de imediato em 2009, houve uma clarificação das metas quantitativas para níveis mais realistas: realização de planos directores em 6 municípios (contra 2 inicialmente), 120 infra-estruturas reabilitadas (contra 48 inicialmente), 120 comunidades correspondentes reforçadas no sector WATSAN (contra 500 inicialmente) e 120 iniciativas geradoras de renda (contra 30 inicialmente).

Também foi necessário afinar o quadro lógico e um estudo de base compreensivo foi realizado (muito tarde) no princípio de 2010 – no ano 2 -.

Em termos de relevância, o programa enquadra-se muito bem com as necessidades do país e as políticas adoptadas pelo Governo; igualmente, muitas actividades do programa (políticas de água e saneamento, SISAS, reabilitação de chafarizes em Luanda, bombas manuais e poços em Moxico) são complementares de iniciativas (SISAS nacional, MOGECA) já realizadas ou em curso de realização pelo Governo (PDISA, Água para Todos, realizações da EPAL) e outros doadores (UE) incluído agências das Nações Unidas (UNICEF); este é um elemento importante para garantir a continuação e perenização das actividades desenvolvidas pelo programa.

O programa é inovador em termos metodológicos porque pressupõe a transferência de certas responsabilidades de instituições (semi-)públicas para as comunidades, resultando com menos gestão

e mais monitoria por parte das instituições e mais controle das infra-estruturas e autonomia em termos de gestão pelas comunidades. Isto também pressupõe uma cultura de democracia participativa que ainda não é muito desenvolvida em Angola embora o Governo tenha lançado muito recentemente um programa de descentralização de certas funções (incluindo água e saneamento) para os municípios. Assim, existe um risco de desinteresse por parte dos protagonistas especialmente quando o eixo 'direitos humanos' no sector WATSAN não recebe nem atenção, nem os meios financeiros necessários.

O programa está bem equilibrado em termos de actividades de construção / reabilitação de infra-estruturas (apoios materiais) e em termos de reforço de capacidades, formação, sensibilizações de comunidades (apoios imateriais).

O programa é bastante ineficiente em termos de implementação, pelo menos durante o ANO1: atraso de 4 meses antes do arranque das actividades (após 1 ano de atraso para resolver o retiro da UNHRO), dificuldades no lançamento das actividades em Moxico, abertura de uma conta programa no MINEA após 1 ½ ano de implementação, etc.

O processo de recrutamento de um Coordenador de programa fracassou diversas vezes e a sua função foi assumida por um oficial de programa do PNUD que também é responsável da parte administrativa. Sendo do PNUD, a sua posição é ambígua a proceder a uma análise imparcial dos problemas de implementação do programa e a sugerir ajustes para outras agências; daí a falta de um coordenador independente. Combinado à relativa falta de pro-actividade das contrapartes governamentais (incluindo da instituição líder) e as mudanças na Constituição do país em 2009/2010, o desempenho das actividades foi muito lento o que significa num programa de curta duração (3 anos), atrasos substanciais que podem levar em perigo os objectivos mesmos do programa.

Em termos operacionais, as agências adoptaram o modelo 'planificação conjunta' – 'implementação individual'. Não obstante, a taxa de desembolsos permaneceu muito baixa (menos de 70%) nos ANOS 1 e 2. Assim para acelerar a implementação das actividades do PNUD, foi recrutado um gestor nacional de programa. A UNICEF privilegiou a subcontratação de actividades para o 3º sector (ONGs) com um grau variável de sucesso. IOM trabalhou directamente com comunidades em Moxico e em colaboração com a ONG DW em Luanda. As actividades da OIT ainda não começaram. Localmente, as autoridades colaboram com todos os parceiros (incluindo as ONGs). Importa destacar-se que um programa de repovoamento está em curso em Moxico ; isto tem consequências sobre o grau de desempenho do programa porque várias vezes foram pedidos pelas autoridades mudanças de zona de actuação do programa que resulta num impacto reduzido (mais população do que inicialmente prevista durante a agregação de aldeia ou abandono de zonas durante a repovoação em outras zonas).

Em termos de eficácia, as actividades do PNUD são pouco desenvolvidas: os estudos previstos arrancam no fim do ano 2010 (fim do ANO 2) e 1 municipalidade sobre 3 quase operacional com o sistema SISAS ; no princípio da missão de avaliação, a UNICEF estava reabilitando quase metade das infra-estruturas previstas; agora, estão em curso quase 3/4 das reabilitações; os grupos GAS foram criados e capacitados mas as entrevistas mostraram que esse trabalho é insuficiente e necessita de um apoio importante (em termos de reforço de capacidades) a longo prazo; a UNICEF reconheceu este problema e na província de Moxico já tomou as medidas necessárias via suas ONGs subcontratadas para reforçar os grupos GAS. Devido a fraqueza dos grupos GAS, nenhuma actividade para as federar em rede foi realizada. Também, quase nenhuma actividade de sensibilização aos direitos de acesso a água e saneamento dos beneficiários foi realizada, o que resulta em grandes dificuldades na criação de grupos autónomos que gerem e reivindicam o direito a acesso a água (este assunto é muito sensível ao

nível político) aos seus dirigentes políticos. Paralelamente, o fórum de água que inclui todos os actores do sector assim como do 3º sector permanece desactivado por falta de liderança do Governo. A OIM criou grupos de geração de renda em Moxico sem coordenar-se com a UNICEF para a reabilitação de infra-estruturas e criação de GAS, o que significa que não há nenhuma ligação por parte dos beneficiários entre as entradas financeiras das actividades geradoras de renda e os custos para manter um sistema de abastecimento de água (poço ou bomba). Trata-se de um problema óbvio de falta de coordenação. A OIT apenas realizou um estudo dos prestadores de serviços no sector de água e saneamento.

Em conclusão, aproximadamente ¾ das realizações devem ser implementadas em 1 ano (ANO3) para cumprir as metas do programa, o que parece pouco realista.

Ao nível de durabilidade, a boa integração das actividades com as prioridades do Governo e das complementaridades com acções das agências das Nações Unidas ou de certas ONGs é um factor positivo de perenização. Existem riscos de colapso de certos resultados importantes do programa como 1. as reabilitações de infra-estruturas em áreas rurais onde os beneficiários não tem acesso a uma rede de peças sobressalentes, 2. o sistema de perenidade das fontes de água em zona peri-urbana em Luanda (chafarizes) cujo modelo ainda é negociado entre as comunidades, EPAL e as municipalidades, 3. O baixo nível de autonomia dos grupos de geração de renda que necessitam ainda actividades de reforço de capacidades.

Em conclusão, o programa facilitou uma aproximação das agências ONU para se coordenar e planificar actividades essencialmente de maneira bilateral ; cada agência implementa as suas actividades de maneira individual para mais eficiência e eficácia mas a falta de uma entidade acima das agências que coordena as acções do programa e a falta de pro-actividade do Governo impedem a identificação das problemáticas comuns (falta de sustentabilidade em Moxico, modelo de gestão comunitária ainda por discutir em Luanda, minimização da componente 'direitos humanos' significando o colapso do eixo 1 do programa).

E necessário engajar um diálogo mais aberto com o Governo para redefinir o seu papel, sua contribuição no programa e facilitar a apropriação dos resultados mais relevantes e promissores a fim de atingir os objectivos ODM no sector água e saneamento.

Se a maioria dos resultados ainda pode ser atingida no último ano, a planificação deste (ANO3) será fundamental para se concentrar sobre as actividades que possuem potencial de multiplicação e/ou interesse por parte do Governo, agências, ONGs. Assim, certas actividades poderiam ser deixadas de lado (ex. coligação de associações, direitos dos utentes, revisão da Lei de Água, etc.) em favor de um reforço de esforços para a perenização dos resultados alcançados incluindo um seguimento *ex-post* por meio de uma extensão da duração do programa.

A fim de melhorar o impacto e a sustentabilidade do programa, as agências devem considerar o seguinte:

- solicitar uma extensão da duração do programa para aproveitar de 2 épocas secas e monitorizar melhor os grupos GAS e de geração de renda
- realizar antes do começo do ANO3 uma reunião estendida do Comité de Gestão do Programa para dialogar das actividades do programa que necessitam de uma intervenção directa do Governo para acelerar a sua implementação, considerar a supressão de outras que não vão ter muito impacto por causa de actividades a jusante ainda em fase de realização / consolidação e rever em profundidade as actividades que poderiam ser adoptadas pelos protagonistas

incluindo o Governo e que necessitam de um seguimento ex-post para melhorar a sua perenização / adopção.

E necessário melhorar a articulação entre intervenientes resultando numa aproximação com o programa 'Água para Todos' cujas problemáticas são parecidas a as do programa e numa combinação de esforços em termos de comunicação e visibilidade.

A sustentabilidade do programa deveria ser melhorada para criar um mecanismo perene de abastecimento de peças sobressalentes em Moxico, talvez combinando com o programa Água para Todos, reforçar as capacidades dos grupos GAS já criados (para que se empoderem em termos de gestão e autonomização de acção), finalizar o estabelecimento do SISAS operacional com o material que falta.

O impacto potencial do programa pode ser reforçado com trocas de experiências entre municipalidades, ONGs, visitas em outros países para analisar modelos, e com a criação de sistema de reuniões periódicas entre as associações recém-criadas (grupos GAS, brigadas municipais, etc.), alimentando assim a discussão sobre a criação de uma rede de associações, um modelo de gestão local do sector água e saneamento ou para explorar vias como criar um mecanismo perene para peças sobressalentes nas províncias. A componente 'direitos humanos no sector água e saneamento' não apoiada pelo Governo deveria ser explorada de outra maneira, por exemplo integrando em actividades PHAST que facilitam na participação dos beneficiários e possivelmente na reflexão sobre a problemática do acesso a água e saneamento.

Tem que melhorar a implementação do programa com uma aceleração da implementação sobretudo das actividades com mais potencial de replicação e adopção (ex. STLC e PHAST – abordagem holística do sector -), uma re-sincronização entre a reabilitação de infra-estruturas e o reforço / criação de grupos GAS e de grupos de geração de renda tomando em conta as cadeias produtivas.

É necessário melhorar a monitoria do programa e desenhar uma estratégia de saída: um seguimento mais independente do programa é imprescindível; mais responsabilidades deveriam ser atribuídas ao novo Gestor de Programa inicialmente recrutado para o PNUD. Um quadro simples de monitoria da eficiência e eficácia da ajuda desse tipo de programa conjunto tem que ser elaborado possivelmente em colaboração estreita com outros programas financiados pelo MDG-F, porque não foi medido o valor agregado desse tipo de programa em comparação aos programas de cooperação recorrentes das agências. Essa actividade deveria ser incluída antes do fim do programa num estudo mais amplo sobre as lições aprendidas e as necessidades de apoio após o fim do programa.

### LISTA DE ABREVIações E ACRÓNIMOS

AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional
CACS	Conselho de Auscultação e Concertação Local
DPEA	Direcção Provincial de Energia e Águas
DNAAS	Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento
DPOTUA	Direcção Provincial de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente
DAS	<i>Daily Subsistence Allowance</i> – Ajuda de custo
EA	Executivo Angolano
GAS	Grupo Água e Saneamento
IBEP	Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEFOP	Instituto Nacional de Formação Profissional
LWF	Lutheran World Federation
M&E	Monitoria e Avaliação
MINAMB	Ministério do Ambiente
MINEA	Ministério de Energia e Águas
MOGECA	Modelo de Gestão Comunitária
MTDF	<i>Multi Donor Trust Fund</i>
NSC	<i>National Steering Committee</i> – Comité Nacional de Direcção
ODA	Organização de Desenvolvimento de Áreas
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OIM	Organização Internacional de Migração
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PDA	<i>Personal Digital Assistant</i> – Assistente Pessoal Digital
PDISA	Programa de Desenvolvimento Institucional de Saneamento e Água
PHAST	<i>Participatory Hygiene and Sanitation Transformation</i> – Transformação Participativa em Higiene e Saneamento
PMC	<i>Programme Management Committee</i> – Comité de Gestão de Programa
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODOC	<i>Programme document</i> – Documento de projecto
RCO	<i>Resident Coordinator Office (of the United Nations)</i> – Escritório do Coordenador Residente (das Nações Unidas)
SISAS	Sistema de Informação do Sector de Água e Saneamento
SMART (indicador)	<i>Specific, Measurable, Accessible, Realistic, Time specific</i> – Específico, Medível, Acessível, Realístico, Temporal
STLC	Saneamento Total Liderado pela Comunidade
TdR	Termos de Referência
TSA	<i>The Salvation Army</i>
UE	União Europeia
UNDAF	<i>United Nations Development Assistance Framework</i> – Quadro das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento
UNHRO	<i>United Nations Human Rights Office</i> – Gabinete das Nações Unidas para os Direitos Humanos
UNICEF	<i>United Nations Children Emergency Fund</i> - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UTNSA	Unidade Técnica Nacional de Saneamento Ambiental

## 1. Introdução

### 1.1. Contexto e objectivos do programa

1. Após o fim do conflito armado em Abril de 2002, Angola entrou num processo de reconstrução do país destruído por mais de 30 anos de guerra. As acções se focalizaram mais no combate a pobreza visando a satisfação imediata das necessidades das populações. Esta fase progressivamente se substituiu a acções de desenvolvimento desde 2005, com maior ênfase mais na reabilitação económica incluindo as infra-estruturas ligadas ao sector da água e saneamento, e o melhoramento dos meios de produção e da segurança alimentar.
2. Apesar de ser um país com recursos hídricos em abundância, Angola tem uma das maiores taxas de doenças de origem hídrica pela água na África, diarreia sendo a segunda causa<sup>5</sup> de óbito para crianças menores de 5 anos. Não obstante, o Governo apoiado por doadores ou com recursos próprios desenvolve numerosas iniciativas para melhorar o acesso da população a água potável e saneamento; de facto, a cobertura da população com acesso aumentou significativamente desde os anos noventa.

Acesso	1990	2006	2010	Objectivo ODM <sup>6</sup> 2015
Água	39	51	56 <sup>7</sup>	68%
Saneamento	26	50	-	65%

Tabela 1: Evolução do acesso a água e saneamento

Esta evolução globalmente muito positiva do acesso todavia escamoteia ou não demonstra as grandes desigualdades entre as populações urbanas e rurais: 80% da população urbana tem acesso a água potável contra 25% da população rural. Também, em zonas (peri-) urbanas (tipicamente nos *musseques*<sup>8</sup>), o custo do acesso é extremamente alto sobretudo para as populações carentes devido à falta de infra-estruturas de água e sua substituição por sistemas de abastecimento custosos e ineficientes (ex. abastecimento por veículos com cisternas, revenda domiciliar).

3. No últimos anos, o Executivo lançou diversos programas e projectos ao nível nacional tais como em 2007, o programa “Água para Todos” cujo objectivo é o aumento da taxa de cobertura da população à água potável com ênfase maior nos sistemas de abastecimento de água a pequena escala, visando principalmente os centros urbanos nos municípios ou aldeias cobertas pelo recém-criado programa de repovoamento, o programa PDISA<sup>9</sup> em 2008 com a criação de instituições visando o fornecimento de serviços nos sectores de água e saneamento, a monitoria dos recursos hídricos e a reabilitação e ampliação das redes de distribuição de água.

<sup>5</sup> Fonte : USAID – perfil do sector Água e Saneamento - 2008

<sup>6</sup> Objectivos de Desenvolvimento do Millenio

<sup>7</sup> Fonte: Inquérito Integrado sobre o Bem Estar da População – 2008/9 – Instituto Nacional de Estatística

<sup>8</sup> Termo générico para identificar as favelas ou bairros de lata da periferia de Luanda

<sup>9</sup> Programa de Desenvolvimento Insitucional de Saneamento e Água

4. Neste contexto, o Executivo e 4 agências das Nações Unidas (PNUD<sup>10</sup>, UNICEF<sup>11</sup>, OIT<sup>12</sup>, OIM<sup>13</sup>) propuseram em 2008 ao Fundo dos ODM<sup>14</sup> o financiamento de um programa de apoio do sector de água e saneamento visando as populações peri-urbanas e rurais carentes que não são adequadamente cobertas pelas outras iniciativas acima mencionadas e mais particularmente as populações dos bairros periféricos de Luanda (53% de acesso à água) e as populações rurais da província de Moxico (10% de acesso) os quais dois devem subir consequências da falta de água potável<sup>15</sup>. As agências parceiras colaboram principalmente com o MINEA<sup>16</sup> e MINAMB<sup>17</sup>, 3 administrações municipais de Luanda (Kilamba Kiaxi, Viana e Cacuaco) e outras 3 na província de Moxico (Luena, Kamanongue e Luau).
5. O programa em relação ao UNDAF<sup>18</sup> tem como objectivo: 1. promover o desenvolvimento económico equitativo e governação democrática reforçando as capacidades nacionais e autonomizando as comunidades com fins de se aumentar sua participação nos processos de decisão (*outcome 1*<sup>19</sup>); 2. Reconstruir os sectores sociais para reforçar a capacidade nacional em prestar serviços básicos e sustentar processos de autonomização social (*outcome 3*<sup>20</sup>).
6. Mais especificamente, o programa tem como objectivo principal em melhorar a governação e gestão orientada para a comunidade do sector da água e saneamento em zonas rurais e peri-urbanas, promovido através de um sistema institucional, regulatório e de responsabilização orientado à autonomia. Na prática, o programa apoia ao nível nacional a elaboração de políticas para melhorar o sector de água e saneamento e ao nível local em 6 municípios a criação de estruturas de gestão e regulação do sector de água e saneamento através de uma participação maior dos utentes.
7. Um dos objectivos indirectos do programa visa também a aumentar a eficiência e eficácia das intervenções de desenvolvimento pela adopção de um modelo de implementação conjunta dos projectos e programas tanto entre as agências parceiras (ONU<sup>21</sup>) como as instituições governamentais, no espírito da declaração de Paris<sup>22</sup>.

## 1.2. Objectivos da avaliação

8. O objectivo desta avaliação de meio-termo é de fornecer aos decisores (implementadores e doadores), informação relevante a fim de se formarem uma opinião independente sobre a implementação da intervenção até agora em relação:

---

<sup>10</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

<sup>11</sup> *United Nations Children Emergency Fund* - Fundo das Nações Unidas para a Infância

<sup>12</sup> Organização Internacional de Trabalho

<sup>13</sup> Organização Internacional de Migração

<sup>14</sup> Objectivos de Desenvolvimento do Millénio

<sup>15</sup> Fonte: Sistema de Informação do Sector de Água e Saneamento (SISAS) 2009/2010

<sup>16</sup> Ministério de Energia e Água

<sup>17</sup> Ministério do Ambiente

<sup>18</sup> *United Nations Development Assistance Framework* – Quadro das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento

<sup>19</sup> Fonte: UNDAF 2005-2008

<sup>20</sup> Fonte: UNDAF 2005-2008

<sup>21</sup> Organização das Nações Unidas

<sup>22</sup> Detalhes completos em : <http://www.oecd.org/dataoecd/56/41/38604403.pdf>

- Ao grau de sucesso do objectivo geral do programa: melhoria da governação e gestão do sector de água e saneamento por um apoio institucional a formulação de políticas no sector e a criação de um sistema institucional e regulador baseado na autonomia dos utilizadores dos serviços ligados ao sector.
  - Aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, de maneira mais específica assegurando a sustentabilidade ambiental (objectivo 7) diminuindo por metade a percentagem da população sem acesso sustentável a água potável e saneamento básico (meta 7C) e para as zonas peri-urbanas de Luanda alcançando uma melhoria significativa da vida dos habitantes de bairros de lata (meta 7D) e indirectamente combatendo doenças (objectivo 6 – meta 6C).
9. Em adição, uma atenção particular foi dedicada nas modalidades de implementação, assim como o impacto potencial deste sobre os beneficiários e a probabilidade de sustentabilidade dos resultados.  
Os termos de referência se encontram em [anexo 1](#).  
A avaliação identificou também algumas lições aprendidas e formulou recomendações práticas quanto ao seguimento a dar ao programa a fim de uma melhoria da sua implementação.

### 1.3. Metodologia utilizada para a avaliação

10. A metodologia de avaliação foi baseada numa abordagem em 4 passos: 1. Aquisição passiva de dados (revista documental), 2. Aquisição activa de dados (entrevistas e missão no terreno), 3. Análise dos dados (convertendo os dados em informações relevantes), 4. Apresentação da informação e recomendações.  
Diversos métodos de levantamento de dados foram utilizados, entre outros: grupos focais de beneficiários, entrevistas semi-estruturadas dos parceiros institucionais (ONU, Governo, ONGs), observação directa das infra-estruturas, questionário fechado para entrevistas individuais de beneficiários, combinados à análise detalhada dos documentos e a missão de campo.
11. Questionários específicos para cada tipo de parceiro (ponto focal do Governo [MINAMB, MINEA], parceiros governamentais locais [municípios alvo em Luanda e Moxico incluindo as equipas técnicas], beneficiários finais [responsáveis de grupo GAS, utentes dos novos serviços e beneficiários das formações e/ou palestras - o questionário se encontra em [anexo 6](#)], cada ponto focal das agências ONU parceiras) foram elaborados baseados numa check-list de questões e problemáticas a analisar em função dos critérios de avaliação que identificam que tipo de informação a obter, de quem e como. A metodologia detalhada se encontra em [anexo 3](#).

### 1.4. Dificuldades e limitações durante o estudo

12. Durante a missão, não foi possível contactar por teleconferência a OIT que é uma agência não residente em Angola mas em substituição, uma entrevista detalhada foi conduzida com o consultor nacional da OIT.  
Devido a falta de tempo no terreno, nenhuma informação estatisticamente significativa foi adquirida; assim, o avaliador baseou-se sobretudo nas informações indirectas e a triangulação

- destas (observação *in situ*, entrevistas de beneficiários, análise documental) para chegar a certas conclusões e recomendações.
13. Um factor muito limitante em Luanda em comparação com as cidades de outros países é o tempo perdido no trafico rodoviário na cidade: o consultor passava quase 50% do seu tempo útil em viagens, o que prejudicou a qualidade de certas entrevistas de protagonistas e/ou visitas de campo que tinham que ser muito curtas.
  14. Na medida do possível as informações foram recolhidas de diversas e numerosas fontes: assim, utentes finais, ONGs implementadoras, agência parceira ONU e do Governo foram entrevistados sobre as mesmas problemáticas a fim de recolher os diversos pontos de vista. A lista de entrevistas e visitas se encontra em [anexo 2](#).
  15. Assim, apesar da falta de tempo, a missão estima ter conseguido apresentar uma imagem equilibrada e rigorosa do grau de implementação do programa e dos desafios principais para atingir o objectivo do programa até este momento (10/2010).
  16. A missão de campo em Moxico e Luanda foi realizada em plena colaboração com o pessoal de campo que acompanhou o avaliador durante as visitas nos bairros e aldeias alvo. Todavia, as entrevistas institucionais e com beneficiários finais foram realizadas sem a presença do pessoal do programa a fim de manter o processo de avaliação independente.

## 2. Descrição do programa

### 2.1. Elementos conceptuais iniciais

17. O programa é financiado pelo Reino da Espanha via o Fundo ODM, o qual foi criado para contribuir a atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Baseado sobre convocatórias, agências das Nações Unidas tem oportunidade de captar fundos de 8 janelas programáticas incluindo Governança Económica, objecto da presente intervenção. Cinco princípios guiam o acesso ao Fundo: 1. Apropriação do programa dentro das prioridades nacionais, 2. Sustentabilidade dos resultados, 3. Implementação (inclusivo monitoria e avaliação) baseado sobre os resultados (e não as actividades), 4. Colaboração entre as agências das Nações Unidas, chegando à uma implementação conjunta, 5. Uma diminuição dos custos de transacção pela redução dos procedimentos burocráticos.
18. Para ter acesso ao Fundo, o escritório do PNUD formulou uma nota conceptual que se propôs em melhorar o acesso das populações beneficiárias à água potável e saneamento básico através da promoção da boa governação do sector centralizando-se na criação de organizações autónomas de gestão de água e saneamento representativas dos beneficiários e dando ao Governo local (municípios) uma função reguladora, de controlo e apoio para facilitar a autonomia dessas.
19. A partir da nota conceptual, o programa teria como objectivo de apoiar e/ou complementar os esforços do EA<sup>23</sup> no sector; 4 eixos de trabalho foram inicialmente propostos: (1) Estabelecimento de um quadro institucional regido pelos direitos dos utentes, (2) Adopção de um quadro regulador favorecendo a equidade e um ambiente incentivando os prestadores de serviços, (3) Reforço da capacidade das administrações locais em monitorar as organizações de gestão e mobilizar recursos e financiar projectos comunitários de água, (4). Criar um sistema de responsabilização.
20. A nota conceptual tinha identificado assim o PNUD (eixos 2 e 3), UNICEF (eixos 2 e 4), OIM (eixo 2) e UNHRO<sup>24</sup> (eixo 1 e 4) como agências parceiras e a DNAAS<sup>25</sup> e os municípios alvos por contraparte governamental, e uma proposta de orçamento estimado por volta de 11 milhões de \$ e visando pelo menos 120.000 beneficiários directos (500.000 beneficiários indirectos) correspondendo a 500 grupos alvo.
21. Se a formulação do programa conservou tanto todos os eixos considerados e número de beneficiários da nota conceptual, os meios financeiros foram reduzidos substancialmente para adequar-se ao orçamento autorizado pelo MDG-F (7,6 milhões de \$) mas com poucas adaptações em termos de redução da intensidade das actividades. Adicionalmente, o escritório de uma das agências parceiras (UNHRO) foi encerrado em Maio 2008 sob pedido do EA, pondo em dúvida, um dos principais eixos de intervenção do programa, nomeadamente a promoção dos direitos dos utentes do sector (eixo 1) – ver 3.1 – formulação do programa.
22. Para facilitar a implementação do programa, uma serie de mecanismos foram criados ao mesmo tempo que o arranque desta:

---

<sup>23</sup> Executivo Angolano

<sup>24</sup> *United Nations Human Rights Office* – Gabinete das Nações Unidas para os Direitos Humanos

<sup>25</sup> Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento do recém-criado Ministério de Energia e Água

- Designação de uma agência ONU líder: PNUD
- Designação de uma entidade do Governo líder: MINEA
- Criação de um Comité de Gestão do Programa (‘PMC<sup>26</sup>’) que supervisiona a gestão quotidiana do mesmo e toma as decisões necessárias, a ser apoiado por um coordenador de programa que alimenta em informação o PMC composto em geral de um representante de cada parceiro directo do programa (ONG, agência ONU, Executivo)
- Criação de um Comité Nacional de Direcção (‘NSC<sup>27</sup>’) que tomará decisões sobre as orientações estratégicas do programa, sob orientação /conselho do PMC, composto por um representante da ONU e do Executivo (MINPLAN<sup>28</sup>) e a cooperação espanhola que financia o Fundo ODM.

Habitualmente, o PMC delega certas actividades a um Coordenador de Programa para facilitar a sua implementação (por exemplo: monitoria e avaliação conjunta, apoio logístico as agências parceiras ou Executivo, elaboração dos relatórios para o Secretariado, etc.). De momento, não existe um coordenador específico do programa; a função é repartida pelo PNUD e RCO. Todavia, o PNUD recrutou recentemente (entrada em função em Outubro 2010) um gestor de programa nacional a ser localizado no MINAMB.

Na prática, o papel de liderança do MINEA não é tão óbvio: os 2 ministérios chaves do programa (MINAMB e MINEA) delegaram 2 pontos focais com funções muito similares: tratar das actividades do programa relacionadas as funções orgânicas de cada Ministério e facilitar a implementação do programa (disponibilizar pessoal técnico para certas actividades do programa, coordenar dentro de cada ministério as actividades inclusive o arranque das actividades descentralizadas nas províncias e municípios [ex. seminários de início de actividades]. Até agora, o MINEA não tem função de coordenação das acções do Governo no âmbito desse programa; isso poderia mudar com a entrada em função do gestor nacional de programa acima mencionado.

23. A nota conceptual também visa uma aproximação com o Executivo com objectivo de alinhar as acções do programa às políticas e prioridades nacionais, melhorar a coordenação e coerência das acções entre as agências ONU e com o Executivo, e criar parcerias com o terceiro sector (ONGs<sup>29</sup>).

Assim, uma abordagem holística foi considerada para este programa tanto ao nível dos parceiros (Executivo, terceiro Sector) como ao nível técnico (reabilitações / construções de infra-estruturas e organização dos utentes em organizações de gestão)

24. De imediato, a nota conceptual do programa propôs a escolha de 2 populações beneficiárias com características muito diferentes, necessitando respostas específicas: os habitantes das zonas peri-urbanas de Luanda que se abastecem em água potável por chafarizes ligados a rede ou camião-cisterna, e populações rurais da província de Moxico que se abastecem em água dos rios, poços tradicionais ou as vezes bombas manuais (ver o capítulo ‘relevância’ para as razões da selecção).

---

<sup>26</sup> *Programme Management Committee*

<sup>27</sup> *National Steering Committee*

<sup>28</sup> Ministério do Planeamento

<sup>29</sup> Organização Não Governamental

25. Globalmente, a nota conceptual tomou em conta todos os requisitos do Fundo ODM seja em termos de processos de implementação operacional, que em termos técnicos: provisões foram feitas visando o sustento dos mecanismos e organizações criadas ou infra-estruturas a serem construídas ou reabilitadas. Todavia, os atrasos no começo do programa combinados a curta duração desse e o desaparecimento de uma agência parceira põem em risco a sustentabilidade de numerosos resultados.

## 2.2. Descrição detalhada da evolução do programa

26. O programa conjunto foi aprovado em Abril 2008 pelo Secretariado pendente alguns ajustamentos, e com as seguintes agências parceiras: PNUD, OIT, OIM, UNICEF, UNHRO. Dos 8.000.000\$ sido propostos após a formulação do programa, 7.600.000\$ foram aprovados com cortes de um valor de 400.000\$ nos resultados seguintes: 1.3 Quadro regulatório a favor dos vulneráveis (PNUD), 4.1 residentes com conhecimentos dos seus direitos no sector da água e saneamento (UNHRO), 2.3 capacitação dos prestadores de serviços no sector da água e saneamento (OIT) e 2.4 actividades geradoras de renda para beneficiários (OIM). Adicionalmente, a UNHRO encerrou o escritório em Maio 2008 (ver o paragrafo [21](#)) e foi necessário redistribuir todas as actividades e fundos entre as agências parceiras antes de Junho 2009 (data oficial de lançamento).

	Nota conceptual	Programa definitivamente aprovado	Varição
PNUD	3.005.000	2.450.000	-18%
UNICEF	4.749.600	3.750.000	-21%
UNHRO	1.300.000	0	-100%
OIM	1.388.406	1.150.000	-17%
OIT	1.551.798	250.000	-84%
Total	11.994.804	7.600.000	-37%

Tabela 2: Evolução da contribuição das agências parceiras da nota conceptual à formulação do programa (em \$)

27. As repercussões importantes da remoção do UNHRO como parceiro principal tiveram como consequência quase um ano de atraso no lançamento oficial (correspondendo à disponibilização de fundos). De facto, um pressuposto importante do programa era o suporte político (ver para (i) – capítulo 8 do PRODOC de 06/2008) devido as mudanças legais e institucionais propostas pelo programa (mais descentralização de responsabilidades e poder de consulta / reivindicação dos beneficiários finais no sector de água e saneamento). Obviamente, o programa revisou estas ambições muito para baixo. As dificuldades para abordar a problemática dos direitos dos utentes no sector reflectem-se até este momento visto que apesar de ter disponibilizado fundos no ANO1 para actividades ligadas ao resultado 4.1, essas não foram arrancadas ainda.
28. Em Março 2009 foram efectuadas as primeiras transferências de fundos pelo escritório de MDTF<sup>30</sup> mas o programa só arrancou após o EA ter organizado um seminário de lançamento oficial do programa que decorreu em Julho 2009. Mais dificuldades foram encontradas com o processo de recrutamento de um coordenador de programa e a designação de pessoal em cada

<sup>30</sup> *Multi Donor Trust Fund*; agente administrativo das Nações Unidas para transferir fundos do MDG-f a várias agências ONU implementadoras

- agência parceira e no governo, resultando numa taxa de desembolso muito inferior ao valor de 'alerta' do Secretariado (70%).
29. Pondo de fora o aspecto dos direitos e as actividades correspondentes, o programa está bem integrado institucionalmente ao nível técnico, sobretudo aos níveis provincial e municipal (boa cooperação entre as entidades governamentais e as agências parceiras assim como com o Executivo Angolano).
30. Em termos de objectivos e metas a atingir, ouve uma clarificação das ambições do programa entre a aprovação do PRODOC em Junho 2008 e efectivamente os resultados do estudo de linha de base que tornou-se o documento principal de monitoria e avaliação: ex1. Resultado 1.2: planos directores em 6 municípios em lugar de 2 inicialmente; ex2. Resultado 2: abandono de um objectivo quantificado (500 comunidades inicialmente) e aumento das metas de reabilitações (resultado 2.1) de 48 à 120 infra-estruturas; ex3. Resultado 2.4: 120 projectos sociais de melhoramento das condições de vida em lugar de 30; ex.4: Resultado 4.1: abandono de um objectivo quantificado (100 comunidades inicialmente) e substituição por um objectivo de cobertura geográfica (6 municípios).  
Praticamente, essa reorientação resultou na cobertura de 6 municípios (3 em Moxico e 3 em Luanda) incluído apoios as municipalidades para controlar e regular todas actividades ligadas ao sector no âmbito desse programa, e até 120 comunidades apoiadas pelo programa (em termos de infra-estruturas, actividades geradoras de renda, sensibilizações de formações de formadores em STLC<sup>31</sup>, criação e gestão de organização).  
Importa salientar que apesar de serem discutidas extensivamente entre as agências parceiras e EA, essas modificações não são reflectidas nas reuniões do PMC.
31. O quadro de resultados do programa incluiu uma serie de indicadores muito relevantes mas não considerados SMART<sup>32</sup>: o assunto foi discutido durante PMCs e foi decidido realizar um estudo de base do programa, o que foi feito no princípio de 2010 para que seja possível monitorizar e avaliar o grau de implementação do programa; o facto que ter sido realizado no princípio do ANO2 evidencia o grau de atraso do programa, reflectindo na baixa taxa de execução durante o 1º ano, mas a realização atrasada do estudo não prejudicou a implementação do programa devido aos atrasos gerais durante o primeiro ano.

---

<sup>31</sup> Saneamento Total Liderado pela Comunidade

<sup>32</sup> Acrónimo Inglês que significa específicos, mensuráveis, realizáveis, pertinentes e dados

### 3. Níveis de análise: critérios de avaliação

#### 3.1. Formulação do programa

##### 3.1.1. Relevância

32. A fase de arranque do programa incluindo a formulação, desde a apresentação da nota conceptual em 2007 até a disponibilização de fundos em Março 2009 foi muito longa e sinuosa, devido às alterações necessárias para acomodar a saída de uma agência parceira e adaptar-se ao nível de financiamento disponibilizado pelo Fundo ODM.

Não obstante, o documento final de programa é claro e directo focalizando-se nos 3 pilares clássicos do sector WATSAN: 1. Reabilitação e/ou construção de infra-estruturas, 2. Criação de um sistema de gestão local sustentável, 3. Actividades de sensibilização em WATSAN a fim de manter a água limpa no momento de colecta até ao do consumo; para além destas, uma quarta dimensão foi acrescentada, com actividades relacionadas à criação de um quadro regulador e de um sistema de responsabilização ao nível municipal. A dimensão ‘revindicação dos direitos’ das comunidades em termos de água e saneamento no programa foi proposta num clima pouco propício devido ao encerramento do escritório da UNHRO mas permaneceu dentro do programa apesar da polémica que poderia ter criada.

33. É de destacar a complementaridade do programa com outras intervenções existentes do EA e das agências parceiras da ONU assim como dos outros doadores quer em paralelo ou de maneira integrada:

- Ex.1: As actividades ligadas as *políticas de água e saneamento* complementam acções do Executivo: adaptação da Lei de Águas para tomar conta das populações mais vulneráveis, elaboração de uma Política Nacional de Saneamento Ambiental.
- Ex.2: *Implementação municipal do SISAS*<sup>33</sup> além de uma implementação até ao nível provincial (pela UE<sup>34</sup> e UNICEF).
- Ex.3: *Reabilitações de chafarizes* a jusante das obras de reabilitações / construções de redes peri-urbanas de grande caudal realizadas pela EPAL em Luanda.
- Ex.4: a ligação de escolas recém-construídas na rede de água complementa o programa UNICEF de construção de escolas nos bairros periféricos de Luanda (projecto “Mundo da Criança”).
- Ex.5: As *reabilitações de poços e bombas manuais na província de Moxico* se focalizam em aldeias com pouca população enquanto o programa ‘Água para Todos’ realiza obras de tipo mini-adução de água para centros urbanos e pontos de repovoamento, etc.
- Ex.6: finalização do MOGECA<sup>35</sup> inicialmente financiado pela UE.

---

<sup>33</sup> Sistema de Informação do Sector de Água e Saneamento

<sup>34</sup> União Europeia

<sup>35</sup> Modelo de Gestão Comunitária

34. A complementaridade entre as agências parceiras refeita também as suas especificidades e competências técnicas (ex. aspectos institucionais para o PNUD, aspectos mais técnicos para UNICEF, geração de renda para grupos vulneráveis para OIM e apoio ao sector privado para OIT), resultando na formulação de um programa equilibrado em termos de actividades mas não necessariamente em termos financeiros, o que poderia resultar em desequilíbrios em termos de impacto e sustentabilidade do programa, sendo que as actividades de uma agência parceira contribuem ao objectivo global e mais particularmente que as actividades de uma agência podem impactar negativamente os resultados de actividades realizadas por outras agências parceiras.
35. No absoluto e em termos geográficos, teria sido mais relevante implementar esse programa exclusivamente na província de Moxico porque o grau de cobertura da população rural em termos de água e saneamento é um dos mais baixos no país (10%). Embora, existem zonas nos bairros periféricos de Luanda onde as condições de saneamento são tão deficientes que conduziram a um surto de cólera em 2006 / 2007, o que resultou numa resposta de imediato bem sucedida do Executivo mas também a necessidade de buscar soluções a mais longo prazo, o que foi tratado no âmbito desse programa.
36. Em termos metodológicos, o modelo proposto no programa para a gestão local do sector de água e saneamento (autonomização e responsabilização dos beneficiários em conjunto com uma planificação municipal do sector) baseado nos direitos é muito inovador sobretudo em zonas peri-urbanas. A subscrição dessa abordagem por todos os protagonistas (mais especificamente os municípios e entidades gestoras de rede) não ficou muito clara segundo as entrevistas realizadas: de facto, pode ser considerado como uma transferência de responsabilidades ou desresponsabilização das funções orgânicas dessas entidades, a entrega da gestão de um sector aos utentes; tendo que o rol do estado e das entidades semi-públicas do sector limita-se então a planificação, controle e a regulação.  
Assim a natureza muito inovadora do programa pode ser considerada um risco para sua adopção pelas entidades estatais e as vantagens dessa abordagem ainda devem ser comprovados!
37. O programa está equilibrado em termos de esforços financeiros tanto nas infra-estruturas como em matéria de capacitação e apropriação (enquadramento de gestão – gestão local/participativa do sector da água), o que deveria facilitar a sustentabilidade do programa – notou-se a importância de criar perspectivas em termos de infra-estruturas para suscitar o interesse dos beneficiários finais.
38. O programa tem uma particular incidência sobre as mulheres no que diz respeito aos processos de tomada de decisão, pois são elas as principais beneficiárias do programa. As visitas de campo evidenciaram que o papel das mulheres nos comités de gestão permanece relativamente secundário (ex. não há mulheres presidentes ou vice-presidentes de associações ou grupos GAS mas apenas membros ou tesoureiras).

### 3.1.2. Apropriação da formulação – liderança nacional nos sectores do programa

39. Ao nível do EA, o PRODOC final se baseia sobre os documentos e prioridades nacionais, sejam: a promulgação da lei de águas de 2002, a delegação da prestação de serviços para os governos provinciais e municipais, o desenho de uma estratégia e programa do sector da água, a criação de provedores de serviços comerciais provinciais para o sector da água, a elaboração de um quadro regulador para o sector da água.

Em particular, o programa aborda a questão das lacunas da Lei das Águas (excepto no Artigo 17) em relação à organização pelas próprias comunidades do abastecimento de água (e do saneamento).

40. Não existe memória institucional acerca do processo de formulação do programa nem no EA nem nas agências ONU parceiras (isto segundo os resultados das entrevistas) que explicam como foram decididos os cortes orçamentais da nota conceptual até o PRODOC definitivo.

Podemos supor que uma boa colaboração ao nível técnico poderá melhorar a essência da abordagem do programa que permaneceu estanque desde a fase de elaboração da nota conceptual até a formulação final do PRODOC.

## 3.2. Nível de processo

### 3.2.1. Eficiência

41. Em termos gerais a implementação do programa foi particularmente lenta no ANO1 devido:

- Ao atraso do seminário de lançamento do programa (4 meses após a disponibilização de fundos), seguido no fim do ano com a aprovação da nova Constituição da RA bem como da remodelação governamental que tocou em alguns órgãos incluídos no programa.
- Ao ajuste do lançamento das actividades (boa coordenação logística necessária) que devem coincidir com a época seca, em particular na província de Moxico e que foram particularmente perturbadas no ANO1 (troços de Luena até Luau).

42. Tanto ao nível central como local existe uma coordenação bilateral entre agências residentes (na base mensal) e o Executivo principalmente em termos logísticos; as ONG implementadoras trabalham em colaboração estreita com os municípios, especialmente na província de Moxico como resultado um bom fluxo de informação técnica; a UNICEF partilha um espaço no escritório da OIM e há coordenação para veículos durante as campanhas no terreno. A planificação de actividades é conjunta sobretudo em termos de calendário. Até Setembro 2010, não existia reuniões de coordenação institucionalizadas entre os parceiros; apenas reuniões *ad-hoc*. Devido aos problemas logísticos na província de Moxico, foi decidido convocar reuniões de coordenação mensais, o que poderia ser uma oportunidade para discutir de assuntos mais globais ligados a implementação do programa em Moxico.

Localização	Central	Luanda (periferia)	Moxico
Actividade			
1.1 Políticas de água e saneamento ambiental	Executivo via subcontratação	-	-

1.2 Planos directores municipais	-	Municipalidade	Municipalidade
1.3 Quadro regulador para as pessoas vulneráveis	Executivo via subcontratação	-	-
1.4 Utilização da informação SISAS	-	Direcção Nacional Dist. de Água e Saneamento	Direcção Provincial de Água
2.1 - Reabilitações pontos de água - Saneamento	- -	Municipalidade via concurso DW <sup>36</sup> e CARE	TSA <sup>37</sup> (Luau), LWF <sup>38</sup> (Kamanongue), Dom Bosco (Luena), DPEA <sup>39</sup> via subcontratação (Chicala e Kangaga) Oxfam
2.2 Estruturas comunitárias operacionais	-	DW e CARE	Oxfam
2.4 Projectos de geração de renda	-	DW	OIM (Luanda)
3.1 SISAS ao nível municipal	-	Municipalidade	?

Tabela 3: Papel dos parceiros na implementação do programa (até Outubro 2010 ou conforme os convénios já assinados)

43. O modelo de implementação do programa é ‘implementação individual’ e ‘coordenação / planificação conjunta’; é muito eficiente apesar das dificuldades encontradas no terreno ou ao nível do Executivo. Não obstante, nenhuma agência parceira tem uma visão global do grau de implementação do programa e em particular das problemáticas ou pontos de bloqueio comuns que aparecem no decurso do programa (ex. dessincronização de actividades entre UNICEF e OIM, falta de meios financeiros da OIT para reforçar o sector privado, ausência de reflexão global sobre o modelo de gesto e grau de autonomia dos utentes do sector ou a devolução de responsabilidades das entidades [semi-] estatais no sector de água, etc.); a visão de cada agência parceira permanece incompleta e fragmentada porque não há uma unidade de gestão do programa ou ‘Coordenador’ que analisa de maneira holística os dados de cada agência parceira e alimenta o PMC em informações claras (e não dados brutos por cada agência).
44. O programa tentou recrutar um coordenador; vários concursos foram (re-) lançados para um coordenador de programa e depois para um coordenador dos 2 programas conjuntos do MDG (governança económica e nutrição); o processo não chegou a êxito. Em causa as exigências altas dos TdR e o nível salarial oferecido (conforme os fundos atribuídos no âmbito do [s] programa [s]) combinado ao custo de vida elevado de Luanda<sup>40</sup> para expatriados. De momento, essa função é assumida por um oficial de programa do PNUD (agência líder) que deve também efectuar o trabalho administrativo e de comunicação com o Secretariado do MDG-F. Sendo do PNUD e responsável também da implementação da componente da sua agência, a posição desse pessoal é equívoca para ser um analista e coordenador do programa (sem tomar em conta a carga de trabalho administrativo). O recém-recrutamento de um gestor nacional de programa poderia

<sup>36</sup> ONG ‘Development Workshop’

<sup>37</sup> ONG ‘The Salvation Army’

<sup>38</sup> ONG ‘Lutheran World Federation’

<sup>39</sup> Direcção Provincial da Energia e Água

<sup>40</sup> Luanda chegou a ser em 2009 a capital mais cara no mundo para estrangeiros – fonte : ECA internacional - [http://www.eca-international.com/news/press\\_releases/7181/](http://www.eca-international.com/news/press_releases/7181/)

melhorar significativamente a situação mas se ele estiver em posição hierárquica direita do PMC e relativamente independente das agências parceiras ou entidades governamentais.

Também esse gestor poderia melhorar significativamente a comunicação entre o Executivo e as agências parceiras: os pontos focais atribuídos pelo MINEA e MINAMB como é óbvio exercem outras actividades que lhes são acometidas e nem sempre correspondem nos aspectos ligados a coordenação de acções com as 4 agências parceiras; o gestor de programa para além das funções de coordenação do próprio programa deverá também desempenhar o papel de elo de ligação entre o Executivo e as agências.

45. Actualmente, a monitoria de actividades é realizada individualmente por cada agência e consolidada por resultado pela agência líder (normalmente graças ao recém-elaborado quadro de monitoria); uma função importante desse gestor de programa seria de realizar uma monitoria das actividades e resultados (talvez em colaboração estreita com cada agência) o que poderia facilitar a identificação rápida de problemas comuns do programa que necessitam uma acção conjunta (e rápida).
46. Enfim, nota-se que o quadro de monitoria (conforme os TdR) só toma em conta todos os aspectos técnicos do programa enquanto um resultado indirecto mas muito importante do programa para o doador é o grau de desempenho conjunto desses programas a fim de melhorar a eficiência e eficácia da ajuda ao desenvolvimento. Não há nenhuma informação sobre o valor acrescentado de uma implementação conjunta entre agências e entre essas e o Executivo; uma análise conduzindo a definição de indicadores que poderia ser realizada pelo gestor / coordenador nacional de programa ou um consultor (se os TdR desse não permitem essa flexibilidade).
47. Os fundos disponíveis para a comunicação / visibilidade do programa (3% do orçamento do programa) em termos de ODM foram divididos por agência mas um plano global de comunicação foi elaborado para os 2 programas conjuntos (governança económica e nutrição) pelo RCO. Poucas acções foram realizadas até agora por falta de coordenação (ex. não fui informado sobre a publicação na imprensa dos resultados do programa até o presente momento, as realizações físicas não são adequadamente identificadas, etc.); em particular a UNICEF canaliza os seus recursos para aumentar a visibilidade da organização na sua globalidade e em particular todas as campanhas de comunicação ligadas a infância (mas que tomam em conta certas temáticas ou actividades do plano de comunicação do Fundo ODM). Por outro lado, a UNICEF é a agência da família ONU com maior competência em termos de campanhas de comunicação. Será necessário aproximar-se.

### **3.2.2. Apropriação da implementação pelos protagonistas nacionais**

48. Por parte do Executivo Angolano, importa salientar que a aprovação da nova Constituição no princípio de 2010 resultou na criação de novos ministérios (MINEA) e extinção de outros (Secretaria de Estado das Águas), como consequência um período de transição sem acções antes e depois da aprovação para a atribuição de responsabilidades técnicas, execução e gestão do programa. Isto criou constrangimentos em termos de implementação especialmente

para o PNUD que privilegia o modelo de execução nacional (conforme as directivas do MDG-F). Resultou-se uma taxa de desembolso particularmente baixa para o PNUD e uma desconexão dentro do Executivo entre os níveis técnicos e de gestão para as actividades do PNUD; ex1. A abertura de conta para passar fundos do PNUD ao MINEA foi um processo muito moroso (1 ano!); ex2. A elaboração de termos de referência e publicação de concursos públicos para estudos demora muito tempo.

Esta problemática conduziu o PNUD a pressionar os parceiros para o recrutamento de um gestor nacional para o programa em substituição de um Coordenador de Programa (cujo processo de recrutamento fracassou por falta de candidatos) para tentar acelerar a implementação das actividades do programa (mais em particular do PNUD).

Também, o papel do MINEA designado como agência líder não se destaca muito do MINAMB: o ponto focal despacha as informações para as outras entidades mas o MINEA não parece ser um parceiro pró-activo que discute e coordena a implementação do programa; aparece mais como receptor das informações transmitidas por cada agência parceira ONU, do que actor.

Enfim, apesar de não existir um sistema formal de implementação conjunta o programa faz a concertação com as DPEAs e os Municípios durante o processo de selecção das comunidades de forma a harmonizar as intervenções e evitar duplicações nas zonas beneficiárias.

49. Existe uma boa colaboração ao nível municipal entre o PNUD e UNICEF para actividades complementares de outros programas ou muito relevantes para os funcionários: ex1. Formação de quadros municipais para a elaboração de concursos públicos; ex2. Implementação municipal do SISAS em Kilamba Kiayi.
50. A UNICEF privilegia também a execução nacional mas por falta de capacidade sobretudo ao nível provincial / municipal subcontrata a grande maioria das actividades de sensibilização e ligadas a infra-estruturas ao terceiro sector e sector privado: 1. Development Workshop em Luanda e 2. Dom Bosco, Lutheran World Federation, The Salvation Army, Oxfam na província de Moxico.
51. Ao nível provincial (Moxico) não foi possível para a DPEA<sup>41</sup> liderar a implementação do programa provavelmente por falta de capacidade (técnica e de meios) mas também por causa da política actual de desconcentração das responsabilidades para o nível municipal, inclusivo o sector da água, deveremos contar com a Direcção Provincial de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente (DPOTUA) como o parceiro para o sector de saneamento. Não obstante, os funcionários provinciais e municipais participarem na implementação das actividades em colaboração com as ONGs e agências parceiras o papel das entidades nacionais nas actividades da OIM na província de Moxico é muito limitado; se *de facto* as competências técnicas necessárias para desenvolver iniciativas geradoras de renda básicas não são altas, pode-se questionar a falta de ligação desses grupos com o município sobretudo em termos de sustentabilidade (ex. existência de pontos focais municipais para conselhos técnicos, de gestão, de financiamento ou outros aspectos de interesse dos grupos).
52. A implementação das actividades está sendo feita em plena colaboração com as autoridades locais (municípios, chefes de aldeia, comités de moradores) mas a política de repovoamento na província de Moxico (concentração de populações em aldeias com serviços de base)

---

<sup>41</sup> Direcção Provincial de Energia e Águas

- resultou em constantes modificações das populações-alvo e das actividades iniciais de sensibilização o que poderia reduzir o impacto de certas actividades.
53. Até esse momento, a OIT realizou apenas um inventário das necessidades de apoio para envolver o sector privado no programa. O INEFOP<sup>42</sup> não foi associado directamente com o estudo apesar de ter competências no sector do empreendedorismo (microcrédito, reforço de capacidades, gestão organizativa, etc.). Isto poderia ser a consequência de um orçamento muito limitado para OIT (menos de 4% do financiamento global do programa). Pode-se questionar sobre o valor acrescido de uma agência não residente com tão poucos fundos disponíveis.
54. As discussões com os beneficiários finais mostraram que a participação efectiva destas na criação de organizações comunitárias é relativamente tímida e precisa de tempo: a comissão de moradores permanece a organização de referência numa aldeia ou bairro (provavelmente por causa do suporte partidário que tem). Organizações comunitárias independentes e autónomas vão necessitar de apoio pelo terceiro sector e deverão evitar de ser taxadas como contra-poder das comissões de moradores. Esse risco foi muito bem identificado pelas ONGs implementadoras (Oxfam, DW) que limitam ao mínimo instruções básicas para que essas organizações se auto-organizem (aparentemente de maneira relativamente similar as comissões de moradores). A sustentabilidade dessas organizações sai completamente do contexto deste programa.

### 3.3. Resultados do programa

#### 3.3.1. Eficácia

55. Mesmo se o programa mostra-se muito atrasado no que diz respeito a numerosas actividades notou-se uma aceleração a partir do ANO2 correspondendo à 2ª época seca e finalização do quadro de monitoria do programa.
56. Situação detalhada por agência parceira:
- PNUD:
    - Regulamento da Lei de Águas para incorporar os aspectos comunitários de gestão do sector: nenhuma actividade foi iniciada até este momento no MINEA: a lei deve ser analisada pelo gabinete jurídico do ministério. Esta hesitação poderia ser também a consequência da incapacidade do Estado por falta de dados ou de modelo comprovado em incorporar as modificações relevantes; se for o caso, a natureza experimental do programa faz sentido.
    - Troca de experiências: 3 viagens / estudos foram efectuados no estrangeiro: CAPNET-Brasil<sup>43</sup> em Cabo Verde, Semana Mundial da Água em Suécia, apropriação do método STLC em Moçambique, o qual será iniciada no ANO3.

---

<sup>42</sup> Instituto Nacional de Formação Profissional

<sup>43</sup> Rede Internacional para a Capacitação em Gestão Integrada dos Recursos de Água – financiada pelo Brasil

- Termos de referência finalizados, concursos lançados e empresa já seleccionada na altura da avaliação para o manual do administrador, elaboração dos planos directores, treinamento de jornalistas: nenhum resultado produzido neste momento.
- Elaboração do desenho da Política Nacional de Saneamento Ambiental; foi inicialmente previsto a contratação de um consultor; os TdRs foram aprovados e o concurso realizado. O MINAMB cancelou o processo tendo em vista a complexidade do processo e recomendou a contratação de uma empresa de consultoria (Aguas de Portugal) com quadros multidisciplinares para a preparação da política em vez de um consultor individual (inicialmente seleccionado pela equipa de avaliação constituída pelo MINAMB/GTI, UNICEF e PNUD).
- Contactos iniciais com a Universidade Agostinho Neto para a realização de estudos transversais e formalização provável no princípio do ano lectivo 2011: pode-se temer que os estudos não serão aproveitados pelo programa que será no princípio de 2012 na fase de encerramento; em qualquer caso, os tópicos devem ser escolhidos para ser úteis durante e depois do programa.
- SISAS descentralizado e implementado em 1 municipalidade (sobre 3 previstos); todavia, o pessoal municipal já capacitado não tem o material especializado para fazer as actualizações periódicas do sistema (falta de PDA<sup>44</sup>); inicialmente tinha sido previsto a implementação de uma base de dados em todos municípios do programa mas isso foi reduzido aos municípios de Luanda que possuem as capacidades técnicas.
- UNICEF:
  - Certas reabilitações de infra-estruturas foram realizadas no ANO1 e continuam no ANO2:
    - Na província de Moxico: para Luena: 2 pequenos sistemas com 9 pontos de água, 2 escolas e 2 Centros de Saude (em curso com Empresa KPP) e 11 furos concluídos nas escolas e 6 planeadas para 2011 (Dom Bosco) sobre 17 inicialmente previstos; 13 pontos de água em curso (incluindo 2 escolas e 3 centros de saúde) com OXFAM / TSA sobre 26 previstos em Luau; 10 reabilitações em curso com LWF em Kamanongue (total 11 pontos operacionais sobre os 54 pontos de água previstos)
    - Em Luanda: 10 novas fontes concluídas; 11 novas em curso (e 5 previstas); 4 escolas concluídas (Empresa Kazukama) em Cacucaco sobre 21 previstos; 57 reabilitações em curso (a partir de Dezembro 2010), incluindo ligações a 12 escolas e 3 centros de saúde (parceria entre a AMKK e EPAL) sobre 65 reabilitações de chafarizes previstas em Kilamba Kiaxi; 8 pontos de água (5 chafarizes e 3 escolas) sobre 10 previstos. Viana: 5 fontes concluídas; 3 escolas concluídas (Empresa KPP); (total previsto: 120 pontos de água; 40 novas fontes [15 concluídas e 25 em curso] e 80 reabilitações em

---

<sup>44</sup> *Personal Digital Assistant* – Assistente Pessoal Digital

curso ; 18 abastecimentos de escolas foram concluídos e 22 são em curso).

Segundo as entrevistas (sem valor estatística, ±40 mulheres) as reabilitações têm um impacto substancial sobre a vida dos beneficiários: 1. Redução do número de casos de diarreia; 2. Redução do tempo de colecta da água (em zona rural, a quantia de água potável para a casa dobra) e mais tempo disponível para actividades femininas geradores de renda (em Luanda); 3. Aumento da quantia de água potável no lar (3,5-5L/pessoa por poço contaminado ou água de rio em zona rural até 25-35L/pessoa por chafariz em zona peri-urbana).

O preço da água de furos em Luena é (em teoria) idêntico ao das cisternas (1kw/L), evidenciando a carência de água na cidade de Luena.

O preço da água em zona peri-urbana de Luanda é dividido por 8 à 10 passando de um sistema de abastecimento por camião-cisterna ao de chafariz.

NB1: o relatório nº3 de Junho 2010 manteve o número de 48 pontos de água já reabilitados o que foi um erro (número correspondendo ao PRODOC inicial, já substituído por 120 – novo quadro de monitoria 2010); 39 pontos de água foram realmente reabilitados até agora.

NB2: o programa de construção de escolas (‘Mundo para Criança’) e crescimento de um sistema de abastecimento de água pelo MDG constitui um bom exemplo de complementaridade; todavia as infra-estruturas não são vedadas, pode-se questionar sobre a utilidade de incluir uma bomba manual visto que esta nunca está sendo utilizada mesmo em caso de corte de energia (segundo as entrevistas), os directores de escola afirmem não ter verba para pagar energia ou água (quando canalizada).

- Grupos GAS foram criados para quase todos os pontos de água comunitários correspondentes (não para escolas ou postos de saúde) mas as sensibilizações não resultaram efectivamente na activação dos comités na província de Moxico (falta de competência de Dom Bosco em sensibilização e metodologias participativas). Os grupos GAS são formados mas os benefícios após as capacitações permanecem frágeis (ausência de cadernos, dúvidas sobre o modo de funcionamento do grupo, pedidos para serem orientados, informalidade das reuniões, etc.). 3 Associações de utentes foram criadas em Luanda recentemente (Setembro 2010), sendo apoiadas em termos organizacionais pela DW.

A problemática da sustentabilidade dos grupos GAS em Luanda e Moxico continua a mesma sem acompanhamento (ausência de rede para o abastecimento em peças sobressalentes em Moxico, modelo de gestão comunitária dos chafarizes ainda por testar e desenvolver). Todavia, os GAS funcionais em zonas rurais (Moxico) têm como estratégia de limitar ao máximo, fundos em dinheiro (inflação regular) e reinvestir as contribuições em actividades geradoras de renda (ex. criação porcina, lavra de uma parcela comum) o que facilita o crescimento do capital inicial proveniente das

contribuições (o que significa que os utilizadores parem de contribuir depois de algum tempo).

- Nenhuma actividade de capacitação ou sensibilização nos princípios dos direitos humanos ligados ao acesso à água e saneamento foi realizada, embora verbas já foram disponibilizadas para esse fim; dúvidas levantam-se em relação a realização dessas actividades antes de se terem associações de utilizadores de infra-estruturas de água bem estabelecidas nas comunidades. O recrutamento de um mobilizador por município (Moxico) pela Oxfam é o primeiro passo para o desenvolvimento dessas actividades e também um ponto de referência para os beneficiários do programa (grupos GAS, brigada)
  - Nenhuma actividade de sensibilização a coligação de utilizadores ou criação de uma rede de associações foi realizada: é necessário primeiro ter associações estabelecidas para considerar uma rede de associações. Esse resultado fica muito duvidoso a ser realizado no último ano enquanto também será criada neste ano a maioria das associações / grupos GAS.
  - Poucas actividades foram realizadas até agora para consciencializar os líderes de associações a integrarem-se numa rede nacional de organizações de água e saneamento.
  - O seminário de lançamento do STLC (actividade de saneamento) foi realizado em Outubro 2010 no Moxico e pode-se supor que as actividades arrancarão de imediato.
  - MOGECA iniciado pela UE foi finalizado (elaboração dos manuais) e espera aprovação pelo MINEA; o processo é moroso porque deve-se analisar o impacto potencial da nova metodologia sobre as actividades e modo de relacionamento da EPAL com os utilizadores de serviços de água.
  - O fórum das Águas apoiado pelo programa permanece inactivo por falta de liderança governamental.
- OIT:  
O estudo preliminar sobre a situação do sector empresarial do sector da água foi realizado (relatório final ainda por entregar); a problemática do abastecimento em peças sobressalentes para bombas manuais não foi identificada como prioridade em Moxico bem que seja um dos factores principais para a sustentabilidade das infra-estruturas; actualmente, soluções *ad-hoc* são buscadas (ex. compra de um estoque importante de peças pela Dom Bosco; doação de peças pela UNICEF á DPEA). Os fundos da OIT são muito limitados, o que conduziu a OIT a planejar o desenvolvimento de uma ferramenta on-line muito generalista para apoiar o sector privado e não soluções sob medida adaptadas as problemáticas a enfrentar.
  - OIM:  
Mais de 45 grupos (20 Moxico e 25 Luanda com DW) para projectos de geração de renda (população mais vulnerável: antigos refugiados, mulheres sozinhas, família com maior número de crianças) foram iniciados sobre 50 previstos (OIM); o objectivo na proposta era de ligar o projecto de geração de renda ao custo de água;

isto não foi possível porque UNICEF e OIM não se coordenaram no princípio para simultaneamente realizarem as infra-estruturas, criar os grupos GAS e apoiar iniciativas para a geração de renda; em consequência, a partir de agora, cada parceiro vai complementar a actividade do outro mas será muito difícil *a posteriori* ligar as actividades. OIM e UNICEF decidiram a partir de Setembro 2010 de coordenar todas as novas acções de criação de grupos de geração de renda e grupos GAS. A abordagem escolhida pelo OIM acompanhando as iniciativas por etapa segundo o grau de sucesso a cada passo parece bem sucedida porque eliminam-se rapidamente os grupos pouco proactivos, e permanecem assim os grupos mais activos com apoio máximo.

Neste contexto, pode-se duvidar da capacidade das agências parceiras e do Executivo em recuperar os atrasos de implementação em apenas um pouco mais de 1 ano, sendo que a próxima época chuvosa começa em fins de Dezembro / princípio de Janeiro. Praticamente, ¾ das realizações do programa (dependentes das condições meteorológicas) deverão ser realizadas no último ano (época seca 2011) sem possibilidade de monitoria *ex-post* ou consolidação dos grupos de beneficiários, a que irremediavelmente irá minar a sustentabilidade. Em particular a situação poderia tornar-se crítica para todas as actividades a jusante das reabilitações e criações de grupos GAS (ex1. criação de rede de associação e integração nacional; ex2. fundos de investimentos municipais, etc.)

Sem uma aceleração na implementação até Março 2010, o limiar de alerta em termos de afectação dos fundos (70% no mínimo) não será atingido pela 2ª vez, o que irremediavelmente vai necessitar uma redução dos objectivos a ser negociada com o Secretariado durante a fase de planificação do ANO3.

57. Em relação ao género, uma atenção particular foi concedida as mulheres visto que são as principais beneficiárias do programa: em particular as sensibilizações já efectuadas visaram em prioridade as mulheres e na medida do possível foram integradas mulheres nos grupos GAS e como zeladoras (apesar de permanecerem minoritárias).

### 3.4. Durabilidade

58. A sustentabilidade da maioria das acções do programa não é possível sem apoios posteriores a Março 2012 (encerramento do programa) e que reforçam as acções. Felizmente, entrevistas com as ONG, agências parceiras ou Executivo mostraram que uma maioria dos resultados do programa faz parte das estratégias de desenvolvimento dos parceiros a meio ou longo prazo e não há dúvida que os apoios vão continuar com outras fontes de financiamento após o fim do programa. Não obstante, será provavelmente necessário concentrar-se durante o ANO3 nas actividades que possuem fonte de financiamento depois de Março 2012 porque a sua sustentabilidade não é assegurada (ex. activação dos GAS, elaboração de mecanismos para melhorar a durabilidade técnica das infra-estruturas, desenvolvimento de certas políticas, apoio organizativo aos grupos de geração de renda, etc.) e todas as actividades que não precisam de apoio depois do encerramento do programa (ex. SISAS já reconhecido como instrumento oficial do Estado, planos directores municipais, manual do administrador, etc.).
59. Algumas dúvidas subsistem para assegurar a sustentabilidade de certas actividades visto que estas não foram tomadas em conta até este momento, e deveriam ser enfrentadas antes do fim do programa, em particular para:

- As reabilitações de infra-estruturas na zona rural: os grupos GAS e brigadas municipais possuem a capacidade de comprar peças sobressalentes mas não existe nenhum mecanismo de abastecimento local ou provincial de peças para bombas manuais; os grupos não concertam as bombas porque não sabem onde encontrar peças sobressalentes; em certos casos, os GAS e/ou brigadas municipais pedem apoio ao DPEA que deve por sua vez pedir ajuda para quem tem estoque de peças no momento; o abastecimento de peças é resolvido de maneira *ad-hoc*: depende da boa vontade do DPEA, ONG, UNICEF ou qualquer outra entidade disponível a fornecer no momento peças.

A sustentabilidade técnica das (moto) bombas deve ser abordada de 2 maneiras: sector privado (importação / fabricação local ou nacional por empresa ou artesões) e canais do Estado (subvenções do sector).

- As reabilitações de chafarizes em zonas peri-urbanas e o modelo de gestão a ser adoptado: não existe consenso entre os municípios (pró ou contra associação comunitária de gestão de água), a EPAL ou as ONGs implementadoras sobre a maneira de manter as infra-estruturas: diversas vias são exploradas no momento conforme a influência dominante dos protagonistas locais:
  - Controle pelo município: os zeladores são funcionários da municipalidade – risco: as municipalidades não têm fundos e os chafarizes são abandonados porque não há apropriação pelas comunidades.
  - Percentagem do preço da água (já fortemente subsidiado pela EPAL): os valores propostos (20%, 50%) permitem apenas ao pagamento do salário dos zeladores sem margem para a constituição de um fundo de manutenção comunitário.
  - Aumento do preço da água até níveis que permitem a criação de um fundo comunitário; um aumento oficial do preço necessita a autorização do Estado e deveria afectar todas as redes de abastecimento; outra possibilidade é de deixar a organização comunitária fixar o preço da água para se constituir um fundo de manutenção; necessita-se de um controle tanto da comunidade como do Estado a fim de evitar abusos ou aumentos de preços descontrolados.

Conclusão: sem uma visão clara do modelo a ser desenvolvido, a multiplicação de sistemas de gestão num grande centro urbano como Luanda não é desejável; isto poderia criar competição, a não ser que o objectivo desse componente do programa seja de testar diversos modelos de gestão, o que nunca foi mencionado no PRODOC. Se for o caso, cada ‘experiência’ necessita ser adequadamente documentada no fim do programa (ensinamentos – *lessons learned*) para o desenvolvimento de novos programas ou estratégias no sector.

60. Devido a natureza dos membros dos grupos de geração de renda (OIM), o funcionamento desses permanece muito frágil sem apoio a longo prazo (excepto o contabilista, os membros são pessoas quase sem escolaridade nenhuma, localizadas em zonas isoladas com actividade económica muito limitada) para que se criem as condições organizativas para que os grupos sejam sustentáveis em termos financeiros; a OIM não chegou a essa etapa em nenhum grupo que se esforça apenas de conseguir reunir as contribuições próprias em espécie, entrega de relatórios financeiros básicos ou comprar com os lucros os *inputs* de base da actividade geradora de renda.



#### 4. Lições aprendidas e conclusão

61. O programa conjunto permitiu uma aproximação das agências das Nações Unidas em termos de planificação e coordenação (sobretudo na área logística). A implementação permaneceu individual – não conjunta; as actividades são teoricamente implementadas mais eficientemente deste modo porque as culturas empresariais de cada agência são muito distintas (ex1. o PNUD privilegiou a execução nacional, OIM a execução própria, a UNICEF a subcontratação de ONGs, OIT a subcontratação no sector privado; ex2. As competências de cada agência são diferentes, o PNUD privilegiando os aspectos de políticas e a UNICEF/IOM voltada mais para os beneficiários finais); uma implementação conjunta teria sem dúvida atrasado de maneira consequente a implementação do programa.
62. O que falta é uma entidade (Coordenador ou similar) a jusante de cada agência que siga na sua globalidade o programa e que possa detectar problemas necessitando uma atenção e/ou acção sem que toma em conta as agendas individuais (em termos técnicos ou financeiros) de cada agência. A princípio, é o PMC (e NSC para decisões estratégicas) que toma decisão mas fica orientado e alimentado em informação por cada agência (via a agência líder). Não há análise do grau de desempenho do programa na sua globalidade. A soma das informações não reflecte necessariamente as problemáticas do programa e certos aspectos necessitando uma visão mais ampla podem ser menosprezados (ex1. A problemática da sustentabilidade das infra-estruturas não está resolvida em Moxico; ex2. O modelo de gestão comunitária do sector nem alcança a unanimidade dos protagonistas e ainda mais tem variantes de concretização; ex3. A componente ‘direitos humanos’ do programa foi mantida no PRODOC final mas perdendo quase toda a sua substância).
63. O conceito de um novo programa de implementação conjunta para os protagonistas (Executivo agências incluídas), visando a contribuir ao alcance dos Objectivos do Millenium em pouco tempo (3 anos) e sem perspectivas de extenso de financiamento constitui um verdadeiro desafio; 2 modos de pensamento guiam a elaboração desse tipo de programa: numa visão a curto prazo, a natureza piloto de uma implementação conjunta de programa necessita um PRODOC muito simples com actividades testadas por muito tempo para que possam ter impacto em pouco tempo num máximo de beneficiários e assim realmente contribuir aos Objectivos do Milénio; por outro lado e numa visão a longo prazo, esse tipo de programa conjunto é uma oportunidade essencialmente para o Executivo de testar diversas técnicas e modelos de desenvolvimento, elaborar políticas e estratégias; para que estas possam contribuir no alcance das metas dos ODM não necessariamente durante o programa mas graças a adopção de ferramentas, modelos ou metodologias que podem depois ser implementadas a maior escala; neste caso, o objectivo do programa conjunto não é de ter impacto consequente e imediato nos ODM.
64. A análise do PRODOC combinada as entrevistas dos protagonistas governamentais e do terceiro sector mostra que esse programa ignorou a parte ‘teste’ para directamente desenvolver uma proposta metodológica única que traz um impacto em termos de ODM mas que não tem suporte unânime por todos os protagonistas. Isso trava substancialmente o grau de implementação do programa. Talvez seria mais adequado realçar mais sobre a natureza piloto do programa (testando uma serie de ferramentas ou aproximações na gestão local do sector água e saneamento) do que tentar ter um impacto em termos de ODM. Para conseguir isto, muito mais pro-actividade por parte do Executivo seria necessária uma apropriação dos

frutos do programa. O recrutamento de um gestor nacional de programa é uma tentativa positiva neste sentido.

65. Se não há um diálogo mais amplo com o Executivo sobre as questões ligadas ao modelo de gestão local do sector Água e Saneamento inclusivo o seu papel e, para maior sustentabilidade dos resultados, a apropriação dos resultados pelo Executivo será provavelmente fraca. Assim sendo, se as temáticas do programa não se alinham com as prioridades do Executivo e se os modelos a serem implementados não forem amplamente discutidos com o Executivo durante a fase de formulação. Grande flexibilidade deve ser concedida ao processo de formulação por parte do doador. Não obstante, uma série de resultados vão ser absorvidos pelos protagonistas nacionais tais como políticas de água e saneamento, planos directores municipais, a devolução de certas responsabilidades do sector a níveis locais (ex.1 manutenção comunitária em zona rural; ex.2 reforço do sector privado no sector; ex.3 planificação municipal do sector), infra-estruturas, porque segundo os beneficiários são ferramentas que vão contribuir a longo prazo ao atingimento dos ODM.

#### **66. Conclusões:**

- O envolvimento do EA é fundamental na elaboração de um programa que atinge um sector sensível como o da água sobretudo quando é relacionado aos direitos, e que pretende trazer mudanças institucionais significativas em particular pela descentralização e devolução de certas responsabilidades a nível local.
- A nível central, será necessário considerar uma reflexão com o EA para examinar como melhorar a sua articulação com o programa, em particular na tomada de decisão ligada aos aspectos institucionais e a orientação do programa para obter-se mais impacto em termos de ODM (simplificação dos resultados) ou maior realce no *testing* de métodos, ferramentas, maneiras de actuar com beneficiários, etc. (resultando em mais apropriação pelos protagonistas locais e menos impactos ao nível dos beneficiários).
- O programa está bastante atrasado em termos de implementação; não obstante, a maioria dos resultados podem ainda ser atingidos embora não necessariamente em termos quantitativos; isto terá um impacto em termos de atraso em todas as actividades que dependem umas das outras; a época de planificação do ANO3 será uma oportunidade para rever-se quais as consideradas como sendo possível concluir com ou sem extensão do programa (coligações de associações, abordagem dos direitos dos utentes, revisão da Lei de Água, etc.). Assim fundos poderiam ser redireccionados e concentrados para reforçar certas actividades ou para um seguimento *ex-post* em caso de extensão do programa.
- Uma estimação da contribuição das actividades do programa aos ODMs se encontra em **Anexo 6**.

## 5. Recomendações

### 5.1. Preparar a planificação do ANO3

67. O próximo PMC deve considerar a possibilidade de solicitar ao Secretariado uma extensão do programa para finalizar as actividades que tem pouca probabilidade de serem concluídas em Março 2012. Em particular, de 6 a 8 meses de extensão permitiriam o encerramento do programa no fim da próxima época seca, o que significa que o programa teria ainda 2 épocas secas para implementar as actividades. Adicionalmente, a extensão permitiria se tiver fundos adicionais de monitorizar de maneira mais estreita certas actividades já encerradas.
68. Um PMC estendido ou um seminário deve ser organizado com todos os protagonistas (pelo menos agências ONU, Executivo Angolano e ONGs) para debruçar-se sobre as actividades do programa que necessitam de uma intervenção particular do Executivo para acelerar a sua implementação e em conjunto com os outros parceiros considerar a supressão de certas actividades que tem pouca probabilidade de serem concluídas antes de Março 2012 ou mais tarde se uma extensão fosse considerada (ex. fórum nacional de água, coligação nacional das associações de água, regulamento da Lei de Água, planos municipais de Viana e Cacucaco, etc.); assim pode-se recanalizar os fundos assim disponibilizados para outras actividades que reforçam a sustentabilidade e/ou monitorizam de maneira ex-post actividades que necessitam de apoio periódico (ex. redinamização dos GAS, associações de água, grupos geração de renda).

### 5.2. Melhorar a articulação entre diversos protagonistas

69. O programa via o Gestor Nacional recém-recrutado deveria aproximar-se do programa “Água para Todos” porque tem o mesmo público e problemáticas comuns em termos de sustentabilidade e actuação com os beneficiários: uma análise comum dos programas com o ponto focal do MINEA deveria ser sugerida para as áreas que merecem reflexão (modelos de gestão do sector), planificação (complementaridades geográficas) e acção comum (visibilidade / comunicação, tipos de metodologias participativas para sustentar as infra-estruturas, mecanismos de sustentabilidade das infra-estruturas, etc.).
70. Em termos de visibilidade, a agência líder (PNUD) sob instrução do PMC deve de imediato tomar medidas para que todos os locais do programa ou infra-estruturas relacionadas (da UNICEF, PNUD, OIM) sejam adequadamente identificados com painéis a partir dos fundos de comunicação (3%).
71. O RCO (área comunicação) e UNICEF (departamento comunicação) devem aproximar-se para melhorar a visibilidade técnica e institucional do programa visto que a UNICEF tem os meios técnicos e recursos humanos especializados em comunicação: 1. UNICEF apoia RCO na elaboração de campanhas de comunicação sobre os resultados do programa em termos de ODM ; 2. RCO delega a UNICEF a responsabilidade da elaboração de todas as mensagens técnicas (incluindo as do PNUD, IOM, OIT) tomando em consideração uma identificação

clara dos protagonistas directos (Agência da ONU e Executivo), AECID<sup>45</sup> e MDG-F. Uma negociação de fundos poderia ser efectuada entre RCO e UNICEF.

### 5.3. Melhorar a sustentabilidade

72. Ao nível técnico: se de facto o programa tomou em conta na fase de formulação a problemática da sustentabilidade das infra-estruturas com a capacitação do sector privado, as entrevistas mostraram que até agora, não existe nenhum mecanismo para disponibilizar peças sobressalentes em Moxico. A criação de uma rede é necessária; caso contrário, o programa não se distingue de todos os outros programas WATSAN que descuidem ainda a dimensão 'sustentabilidade'.

Um diálogo com EA (MINEA) deve ser iniciado para explorar cenários a considerar para estudos mais detalhadas (no âmbito ou não desse programa); a problemática deve ser abordada de 2 maneiras:

- Por via comercial (liderança por OIT): 1. Analisar a factibilidade de fabricar peças em Angola por empresas especializadas ou artesões (uma entrevista detalhada com o responsável técnico da Dom Bosco para furos mostrou que nas aproximadamente 10 peças que avariavam mais frequentemente nas bombas Afridev, 1 peça só necessitaria ser importada (válvula de pé); todas as outras que são essencialmente peças de borracha ou a soldar (rolamento, bucha, vareta, bobina, sola U) poderiam ser fabricadas localmente; 2. Se o estudo for conclusivo, a OIT poderia liderar uma formação de quadros de empresas (garagens) ou artesões (sapateiros, serralheiros, soldadores); a formação seria realizada em parceria com INEFOP (apoio em termos de formalização, organização, acesso ao micro-crédito) e Dom Bosco (apoio técnico). A OIT teria os fundos necessários para essas actividades, conforme o PRODOC inicial.
- Analise da factibilidade da criação de uma célula / departamento estatal de aquisição nacional (e/ou provincial) para que o Estado torna-se provedor oficial de peças, em colaboração com o programa 'Água para Todos'; com a criação de pontos de venda provinciais (comerciantes / lojas interessadas na compra de peças que são subsidiadas pelo Estado); o processo seria liderado pelo MINEA (e UNICEF) com fundos provenientes de outras actividades canceladas ou reduzidas.

73. Ao nível organizacional: é necessário treinar de novo os GAS criados por Dom Bosco (Moxico); segundo as entrevistas, as sessões de sensibilização foram muito insuficientes: os membros dos comités têm muitas dúvidas básicas sobre o modo de funcionamento de um GAS; reciclagens dos grupos GAS (Moxico) e das associações de água (Luanda) deveriam ser realizados regularmente (ex. 1 ou 2 vezes por ano) a fim de manter (pró-) activos os seus membros directivos.

---

<sup>45</sup> Agência Espanhola de Cooperação Internacional

74. A curto prazo, a UNICEF deve negociar com Dom Bosco o acesso directo (contra pagamento) pelos GAS e as brigadas municipais às peças sobressalentes e informa-los da disponibilidade das peças por Dom Bosco.
75. Kilambo Kiaxi foi o primeiro município equipado com o sistema SISAS; o sistema permitiu aos funcionários de conhecer a situação real do sector na municipalidade deles: os materiais necessários foram entregues e a base de dados instalada. Todavia, de momento, não é possível actualizar a BD porque o programa omitiu a entrega de PDAs para os funcionários municipais. Sem este equipamento, a utilidade do SISAS descentralizado no município fica muito reduzida porque o sistema não pode ser actualizado. PDAs devidamente equipados devem ser entregues o mais breve possível.
76. Os sistemas de abastecimento de água para novas escolas nos bairros periféricos não são nada protegidos de eventuais degradações; UNICEF deve encontrar verba para proteger logo que possível os sistemas de abastecimento de água das suas novas escolas.

#### **5.4. Aumentar o impacto potencial**

77. Os municípios, ONG e municipalidades têm visões diferentes da descentralização do sector e da partilha local de responsabilidades. Este é a razão principal pela qual o processo de organização de associações é relativamente moroso e a componente ‘direitos humanos’ foi iniciada de maneira muito tímida pelas ONGs.
- São necessárias por um lado trocas de experiências entre municípios para alimentar a discussão sobre o modelo de gestão comunitária a adoptar (negociação do preço da água com EPAL, aumento do preço da água oficiosamente ou oficialmente, responsabilização pelo município?) e o rol do município.
  - E necessário institucionalizar mecanismos de encontros entre associações de água recém-criadas por DW e ODA<sup>46</sup> municipais em Luanda para abordar a questão da criação de rede de associações e a sustentabilidade das infra-estruturas (preço da água para manter as infra-estruturas).
  - Visitas em outros países poderiam ser organizadas para examinar diferentes modelos de gestão comunitária em zonas peri-urbanas assim como para a implementação do PHAST em Angola (ex. Lusaka – Zambia, Congo Democrático ou outros).
78. Trocas de experiência entre brigadas municipais em Moxico devem ser organizadas periodicamente abordando temáticas como a informação sobre canais de comunicação para resolver problemas técnicos de bombas ou como reinvestir contribuições da comunidade de maneira sustentável; uma reunião anual liderada pelo DPEA em Moxico e DNEA em Luanda (assim monitorizando o desempenho das brigadas) poderia ser organizada, tornando-se num fórum sem perder de vista o âmbito desse programa o apoio a um fórum nacional; eventualmente, esse apoio a brigadas municipais (em harmonia com a politica de partilha de

---

<sup>46</sup> Organização de Desenvolvimento de Áreas (apoiadas pela ONG ‘CARE’)

- responsabilidades ao nível local) torna a brigada municipal numa instituição municipal de referência do sector ou uma organização do terceiro sector pronta para envolver-se num processo de coligação futura (fora do contexto desse programa).
79. Problemática da actividade ligada a sensibilização das populações nos seus direitos para o acesso aos serviços de água e saneamento: a temática é sensível para o Governo (ver paragrafo 21 e 32; para maior integração e conforme os pedidos recolhidos durante as entrevistas com os beneficiários finais, a dimensão ‘resolução de conflitos’ entre utilizadores e entre eles e os municípios deveria ser integrada em qualquer acção de sensibilização; alternativamente e numa primeira etapa, seria mais relevante de combinar essas sensibilizações com um programa de acção PHAST<sup>47</sup> para maior reconhecimento pelo Estado e evitar que torne-se numa actividade isolada da acção do Executivo; DH e CARE em Luanda, e Oxfam em Moxico poderiam liderar essas iniciativas, sob supervisão da UNICEF mas com maior envolvimento dos municípios.
80. Se fosse decidido de suprimir certas actividades, parte dos fundos deveria ser reafectada para financiar o reforço de capacidades do sector privado em Água e Saneamento: apoio a formalização de empresas informais, captação do micro-crédito, suscitar uma convergência da oferta do sector privado e da demanda de serviços de água e saneamento pelos grupos GAS, municípios e associações de água.

## 5.5. Melhorar a implementação do programa

81. Aceleração da implementação: conforme a abordagem escolhida pelos protagonistas, concentrando-se a demonstrar metodologias, modelos, ou multiplicando as actividades para maior impacto nos ODM.
82. A dessincronização das actividades da UNICEF e OIM em Moxico vai resultar em muito pouco impacto para os beneficiários que não vão ligar *a posteriori* a interacção entre projectos de geração de renda e a necessidade de contribuir para o acesso a água potável. Mais brevemente possível, a UNICEF e OIM devem resincronizar as suas actividades para que essas tenham impacto; o processo deveria ser supervisionado pelo Gestor de Programa Nacional.
83. O STLC é uma ferramenta poderosa em zonas rurais e semi-urbanas para mobilizar comunidades. Seria sensato de combinar o STLC com o método PHAST para aproveitar a mobilização criando os devidos efeitos uma abordagem de maneira global a questão do saneamento: o PHAST é uma ferramenta polivalente para melhorar o saneamento (ex. STLC), reduzir a poluição na superfície e no subsolo (escoamentos e drenagens), promover os direitos dos cidadãos para um ambiente limpo e saudável como está plasmado na Constituição Angolana no seu Artigo 39 que trata do direito dos cidadãos ao ambiente sadio e

---

<sup>47</sup> *Participatory Hygiene and Sanitation Transformation* – Transformação Participativa em Higiene e Saneamento

- não poluído, integrar a dimensão ambiental nas comunidades e reduzir os efeitos negativos trazidos por falta ou escassez de saneamento; para bairros sem o mínimo de salubridade, o STLC não é suficiente; uma abordagem holística do saneamento é necessária, tomando em conta todas as dimensões do saneamento (água potável, águas residuais, excrementos, resíduos sólidos e urbanos, etc.).
84. Para acelerar a implementação do programa e em particular as actividades ligadas a infra-estruturas (3/4 ainda por fazer), prioridades deveriam ser impostas para: 1. Reabilitações em vez de novas construções, 2. Utilização de tecnologias simples privilegiando poços a furos na medida do possível, e 3. Mini-sistemas ou motobombas se não há outra alternativa.
85. A OIM apoia grupos vulneráveis (retornados na maioria) em Moxico. As entrevistas mostraram que a OIM não tem capacidade para apoiar todas as candidaturas e pedidos de adesão as actividades de geração de renda. Isso cria constrangimentos entre (não-) membros de grupos ainda mais que os grupos têm uma arquitectura fechada (não se aceitam novos membros provavelmente por receio de competição e / ou diluição dos inputs iniciais entregues por OIM.
- A OIM deve sensibilizar os grupos a aceitar novos membros (condições de adesão ainda por definir); adicionalmente, um reforço organizacional é necessário: os grupos não planificam, não sabem se vão conseguir lucros; utilizam apenas os *inputs* iniciais e reinvestem o valor da caixa em novos *inputs* sem análise de rentabilidade (quantias mínimas, nº de cliente mínimo, etc.).
86. Para maior sustentabilidade de cada grupo, OIM deveria abordar a questão dos projectos de geração de renda por cadeia de valor e não de maneira isolada: é mais seguro criar grupos distribuídos em diversas etapas da cadeia de valor (ex1. combinação de grupos de criação porcina e piscicultura a fim de evitar o custo da alimentação para o peixe, 2. Cadeia produtiva do mel (produção e comercialização). Enfim, a OIM deveria identificar grupos bem sucedidos com o potencial de se formalizar (apoios INEFOP / OIT).

## **5.6. Melhorar a monitoria dos efeitos do programa e elaborar uma estratégia de saída**

87. O programa deve disponibilizar ao novo Gestor Nacional de Programa os meios necessários para efectivamente monitorar o impacto do programa (tomando em conta o quadro de monitoria E os objectivos ODM): disposições devem ser garantidas a esse fim (ex. escritório, veículo).
88. A falta de indicadores sobre o grau de desempenho conjunto do programa não permite analisar se o programa melhorou ou não a eficiência e eficácia da ajuda ao desenvolvimento; Preferencialmente, o gestor nacional de programa (possivelmente em colaboração com RCO ou por consultoria externa) deveria elaborar um quadro de monitoria da natureza conjunta do programa; o trabalho poderia ser realizado de maneira conjunta com o programa MFG-F Nutrição.

89. Uma análise detalhada das grandes problemáticas do programa (sustentabilidade, modelo de gestão, questão dos direitos humanos, etc.) deveria ser realizada pelo Gestor Nacional de Programa antes de planificar o ANO3 e apresentada directamente ao PMC para alimentar a discussão sobre a orientação (mais impacto ou mais *'testing'*) a dar ao programa para o ANO3 (e uma possível extensão) e/ou as escolhas necessárias a efectuar.
  
90. Enfim, como muitas actividades não serão encerradas unicamente porque o financiamento do programa se termina, seria útil realizar no fim do programa (ex. 6 meses antes de encerrar) um estudo sobre as necessidades de apoio contínuo para os beneficiários finais e as organizações comunitárias criadas no âmbito desse programa.

## 6. Lista de tabelas

Tabela 1: Evolução do acesso a água e saneamento.....	1
Tabela 2: Evolução da contribuição das agências parceiras da nota conceptual à formulação do programa (em \$) .....	7
Tabela 3: Papel dos parceiros na implementação do programa .....	12

## 7. Lista de anexos

Anexo 1: Termos de Referência.....	31
Anexo 2: Calendário de visitas .....	43
Anexo 3: Abordagem metodológico detalhado.....	48
Anexo 4: Apresentação PowerPoint durante o debriefing .....	52
Anexo 5: Questionário – beneficiários finais.....	61
Anexo 5: Contribuição local e nacional das actividades aos ODMs .....	65

Anexo 1: Termos de Referência



## GENERAL TERMS OF REFERENCE FOR MDG-F MID-TERM EVALUATIONS

### **Background and Context: The MDG-F XX XXXX XXXX Window**

In December 2006, UNDP and the Government of Spain signed a major agreement of €528 million that will provide, through the UN development system, support to programmes oriented towards key MDG and related development goals. In addition, Spain committed \$90 million directed to launch a new window on Children and Nutrition. The Millennium Development Achievement Fund (MDG-F) seeks to accelerate progress towards attainment of the MDGs in participating countries by supporting policies that promise high impact, scaling-up of successful models, and innovative development practices.

The Fund operates through the UN Country Teams and actively strives to strengthen inter-agency coherence and effectiveness with regards to development interventions. The MDG-F uses joint programming as the main form of development intervention in the field. Currently, 128 joint programmes in 50 countries on 8 different thematic windows that contribute to progress on the attainment of the MDGs.

### **Description of the Window**

#### **Description of beneficiaries targeted by the window**

**The following section should be provided by the reference group of the evaluation (Programme Management Committee)**

- The description of the joint programme that is being evaluated by providing its name, its purpose and objectives, its duration and how it was initiated, who it is intended to benefit, what outcomes or outputs it is intended to achieve, its contribution to MDGs at local and national level, the duration of the intervention and its implementation status within that time frame.
- The description of the scale and complexity of the intervention, including, for example, the number of the Programme components, if more than one, and a description of the beneficiaries each component is intended to reach, both directly and indirectly. The geographic context and boundaries, such as the region, country, landscape and challenges must also be indicated where relevant.
- The total of resources required for the intervention, from human resources to budget estimation of funds coming from UNDP, donors and other contributions. Key partners involved in the intervention, including the implementing agencies and partners (UN, National and Local Governments, other key stakeholders) as well as their interest concerns and the relevance for the evaluation.
- The changes observed since the beginning of implementation and their contributing factors. How the programme fits into the partner government's strategies and priorities; international, regional or country development goals.

## 2. EVALUATION PURPOSE

As one of the Secretariat functions the MDG-F has developed a Monitoring and Evaluation strategy for the Fund: the MGD-F Programme Implementation Guidelines and the Monitoring and Evaluation Strategy “Learning to Improve”. Both documents prescribe mid-term evaluations for all joint programmes lasting more than 2 years.

Mid-term evaluations are formative by nature and seek to improve the implementation process of joint programmes in their second phase. They also generate knowledge, identify good practice and lessons learned that can be transferred to other programmes and contribute to a higher level of information in the M&E system. Therefore, findings and recommendations from these evaluations are specifically directed to the Programme Management Committee, the National Steering Committee and the MDG-F Secretariat.

## 3. EVALUATION SCOPE AND SPECIFIC OBJECTIVES

**The usual rapid mid-term evaluation** will consist of a systematic and swift analysis of the merit of a joint program based on the scope and criteria enclosed in this TOR through a reliable evidence-based yet abbreviated and light process. This will enable to obtain conclusions and recommendations in a period of approximately 3 months.

**The unit of analysis** of this mid-term evaluation **is the joint programme** defined as the group of its various components, outcomes, outputs and activities as reflected in the joint programme document as well as subsequent modification and alterations occurred during its implementation.

This mid-term evaluation has the following specific objectives:

1. To know about the quality of the design and the internal coherence of the joint programme (the needs it seeks to fulfil and the problems that it intends to solve), the external coherence to the UNDAF and National development Strategies and up to what extent national ownership is present in the implementation of joint programmes according to the terms defined by the Paris Declaration and Accra Action Agenda.
2. To know about the implementation of the joint programme, the efficiency of the management system with regards to planning, coordination, and use of the designated resources for its implementation. The evaluator should start by analyzing the processes and institutional mechanisms that allow identifying success factors and limitations of inter-agency work within the frame of One UN.
3. To know about the degree of effectiveness of the programme in terms of; beneficiaries, contribution to the thematic window as well as to the Millennium Development Objectives at local level and/or in the country.

4. Preliminary assessment of the sustainability context including the JP outcomes as well as barriers and counter-measures in order to ensure sustainability

## 5. EVALUATION QUESTIONS, EVALUATION CRITERIA AND LEVELS OR INFORMATION

**The main users of the evaluation and specifically the management team and the management programme committee are responsible for contributing to this section. It is possible to add new criteria and evaluation questions within a reasonable extend, taking into account the feasibility and constraints (resources, time, etc) of a rapid and swift evaluation exercise.**

The evaluation questions define the information that the evaluation will generate. These questions are grouped under the different criteria the evaluator will use to respond to them (relevance, efficiency, effectiveness, ownership, sustainability, etc). Consequently, these criteria are grouped into the 3 level of the joint programme (design, implementation and results)

### **Design:**

- **Relevance:** The extent to how coherent the objectives of the development intervention are with regards to the beneficiaries' problems, the needs of the country, the global priorities and the other partners and donors.
  - a) Were problems and their causes (environmental and human) clearly defined?
  - b) Is the joint programme the best answer to solve the most relevant environmental problems and socioeconomic needs of the targeted population? Does it cover and reach intended beneficiaries?
  - c) Is the intervention strategy well adapted to the socio-cultural context where it's being implemented?
  - d) To what extent has the MDG-F Secretariat contributed to a better formulation of programmes
- 1. **Ownership:** Social stakeholders in the country undertake effective leadership over development interventions
  - a) To what extent the objectives and intervention strategies of the joint programme are aligned to the National, Regional or local development strategies?
  - b) To what extent has the opinion and interests of national, local authorities, citizens and other stakeholders been taken into account in designing the development intervention?

### **Process**

2. **Efficiency:** The extent to what resources/inputs (financial, human, etc) have been transformed in outputs

- a) To what extent does the management structure of the joint programme (organizational structure, information flows, decision making, etc) contribute to generate planned outputs and outcomes?
- b) To what extent are participating agencies coordinating among them and with the national counterparts (government and civil society).
- c) Are there effective and efficient coordination mechanisms in place to avoid overlaps and work overloads of partners and participants?
- d) Are different implementation paces in the joint programmes a problem for delivering results?
- e) Are different working methodologies, financial instruments, etc shared among United Nations agencies and joint programmes?
- f) According to the context: Have the effective and best measures been adopted to solve the social/environmental problem?
- 3. Ownership:** Social stakeholders in the country undertake effective leadership on development interventions.
  - a) To what extent the targeted population and participants have taken ownership of the joint programme by playing a leadership role?
  - b) To what extent national and counterpart resources (public and private) have been mobilized to contribute to the objective of generating results and impacts?

## Results

- 4. Effectiveness:** the extent to what planned objectives of the development intervention have been achieved
  - a) Is the programme progressing towards the attainment of the established outcomes?
    - a. To what extent and in what ways is the joint programme contributing to the Millennium Development Objectives at local a national level?
    - b. To what extent and in what ways is the joint programme contributing to the objectives established in the Environment and Climate Change Window?
  - b) Is the programme on track according to the calendars of delivery?
  - c) Are outputs of the needed quality?
  - d) Is the joint programme covering the number of beneficiaries planned?
  - e) What are the elements that contribute to progress or delay in the implementation process and the attainment of results?
  - f) To what extent has the programme contributed by innovative solutions to solve problems?
  - g) Have good practices or lessons learn been identified?
  - h) To what extent have behaviours and/or root causes of the environmental problems been changed?
  - i) To what extent has the joint programme contributed to provide visibility and prioritized in the public policy of the country?

- j) To what extent and what type of effects is the joint programme producing in men, women and other differential categories of beneficiaries? (Rural versus urban population, etc)

**Sustainability:** The probability of continued long-term benefits. The resilience to risk of the net benefit flows over time.

Are conditions and premises for sustainability of the joint programme taking place?

### Country

- a) What good practices and lessons learned would be useful for other joint programmes or other countries?
- b) To what extent and in what ways are the joint programmes contributing to progress in United Nations reform?
- c) How are Aid Effectiveness principles (ownership, alignment, management for development results and mutual responsibility) taken into account in the joint programme?

## 5. METHODOLOGY

The Mid-term evaluations will use the appropriate methodologies to meet specific requirements on the information, the evaluation questions defined in TOR, the availability of resources and the priorities decided in the reference group of the evaluation. In any case, consultants are required to analyze all relevant sources of information such as annual reports, programme documents, internal reports and summaries, programme archives, national development documents and whatever documents that can outline evidence to assess the worth of the different dimension of analysis. It is expected that consultants will also use interviews as a form of relevant data collection for the evaluation.

The methodology of the evaluation will be described in detail in the inception report and the final report of the evaluation. At a minimum, this will include information in the instruments and tools used to collect information and analyze data (documents, interviews, field visits, questionnaires, participatory techniques, etc)

## 6. EVALUATION PRODUCTS

The consultant is responsible to deliver the following products to the MDG-F Secretariat:

**Inception report** (it will be delivered 7 days after the Secretariat hands in to the consultant all documents related to the programme)

The consultants will deliver the inception reports (with a minimum of 5 to maximum of 10 pages) based on desk reviews of documents and archive data. The report will include a calendar of activities and delivery of products. The inception report will propose an initial draft of the Theory of Change of the programmes as a benchmark for comparison during the evaluation and as common start point of agreement between the consultant and the managers of the evaluation.

**Draft of the Final Report** (it will be delivered 10 days after the consultant finalizes the field visit)

The consultant will deliver a draft of the final evaluation report with the same sections as the final report (below). This draft report will include a minimum of 20 to a maximum of 30 pages and an executive summary of 5 pages with the same sections of the final report. This report will be shared with the reference group of the evaluation for questions, suggestions, and further contributions, etc.

**Final Evaluation Report** (it will be delivered 7 days after the consultant receives the draft report with suggestions and comments from the reference group and the MDG-F Secretariat)

The consultant will deliver a draft of the final evaluation report with the same sections as the final report (with a minimum of 20 to a maximum of 30 pages). This report will be shared with the reference group of the evaluation for communication and dissemination and advisory purposes. The report will comprise the following sections:

1. Cover
2. Introduction
  - a. Premises, Context, objectives and methodology
  - b. Objective of the evaluation
  - c. Methodology applied
  - d. Limitations and caveats of the evaluation
3. Description of the development intervention
  - a. Initial conditions of the intervention
  - b. Detailed description of the Theory of Change of the programme
4. Level of analysis: Evaluation Criteria and Evaluation Questions
5. Findings, remarks and lessons learnt (in a prioritized, structured and clear fashion)
6. Recommendations
7. Annexes

## 7. CONSULTANT REQUIREMENTS

The consultant is hired by the MDG-F Secretariat from a selected group of consultants that applied to the MDG-F roster for evaluation consultants. At a minimum they will comply with the following requirements.

### **Education:**

- A master degree on international development, public policy, social science, engineering or related field. Further education or a concentration in evaluation would be an asset.

### **Experience:**

- At least 7 years of recognize expertise in conducting, project, programme, and thematic or country evaluations.

### Required Skills

- Conceptual thinking and analytical skills

### Language skills:

- Proficiency in English (written and spoken) is essential. Spanish and French will be a requirement depending on the countries where the assignments will take place.

### Knowledge on:

- MDGs, Development Effectiveness (Paris Declaration, Accra Agenda for Action) United Nations and other Multilateral Development Actors as well as bilateral donor processes and interventions.
- Evaluation experiences and knowledge within United Nations system will be considered an asset;
- Evaluation experiences and knowledge on countries where MDG-F operates will be considered an asset providing that the independence of the evaluator is not compromised
- Excellent communication skills
- Computer proficiency;
- One of the MDG-F thematic windows

### Corporate Competencies

- Demonstrates integrity by modelling the UN's values and ethical standards.
- Promotes the vision, mission, and strategic goals of UNDP.
- Displays cultural, gender, religion, race, nationality and age sensitivity and adaptability.

## 8. PRINCIPLES AND ETHICAL PREMISES FOR THE EVALUATION

The mid-term evaluation will be carried out in accordance to the principles and ethic standars set forth by the United Nations Evaluation Group

## 9. EVALUATION ACTORS: ROLES AND RESPONSABILITIES

The main actors in a mid-term evaluation process are the MDG-F Secretariat as commissioner and evaluation manager, the joint programme management team and the Programme Management Committee that will function as the reference group for the evaluation.

- The reference group of the evaluation will have the following functions:
- Facilitate the participation among the various stakeholders during the design phase of the evaluation
- Identify the information needs, the definition of objectives and the scope of the evaluation.

- Express an opinion on the evaluation planning documents ( working plan, agenda of the field visit, communication plan, etc)
- Contribute by inputs for the drafting of the evaluation TOR
- Grant the evaluation team access to all relevant information and documents from the intervention as well as to key informants to interview; participate in a focus group or any other collection method of data and information.
- Review the quality of the evaluation process as well as the products to enrich, to contribute, as well as to ensure that their information needs on the development intervention are met.
- Disseminate evaluation findings and recommendations especially among the organization with the same interests.

As stated in its mandate The MDG-F Secretariat commissions and manages mid-term evaluation by promoting and financing its execution. As evaluation manager the Secretariat ensures a timely and high quality exercise by leading the design of TOR, coordinating and overseeing progress of the evaluation work plan and assessing the quality of the process and products. The Secretariat is also responsible for communicating and disseminating findings and recommendation to evaluation stakeholders.

## 10. CALENDAR FOR THE MID-TERM EVALUATION

### A. Design Phase (Duration: 10 days)

The portfolio managers of the Secretariat will send to the Evaluation focal point in the country (manager of the joint programme, coordination officer, etc) a template of a generic TOR for the specific window the joint programme is being financed. The reference group of the evaluation will adapt the TOR to their specific information needs and context of the programme and the country. All MDG-F joint programmes mid-term evaluations will share a set of the same questions in order to aggregate and contribute to show evidence for higher levels of information of the Fund.

The Secretariat and the reference group of the evaluation will start a dialogue to complete the dimensions of study and the evaluation questions that not addressed in the generic TOR, either are insufficient or irrelevant to the specific joint programme.

1. TOR is finished and the Secretariat hires a consultant selected from the MDG-F roster.
2. Each portfolio manager is in charge of managing the evaluation with 2 main functions:

Facilitate the work of the consultant by acting as a main communication channel among the evaluation stakeholders (reference group, stakeholders in the country, etc); review and ensure of the quality of the evaluation products (reports and documents)

### B. Implementation phase (duration 53-55 days)

#### Inception report (Duration: 15 days)

1. Briefing with the consultant **(1 day)**. The Secretariat hand the consultant a check list of activities and documents to review. The evaluation process is explained and all questions sorted out.
2. The consultant reviews the documents as listed in the annex and the check list (financial documents, programme document, monitoring reports, etc)
3. The consultant delivers a brief inception report with preliminary conclusions, on the programme's theory of change based on the desk reviewed performed. This document will also include a detailed work plan (per activity) to carry out the evaluation. (7 days after the Secretariat hands in to the consultant all document related to the programme)
4. The portfolio manager of the Secretariat prepares an agenda for a field visit jointly with the evaluation focal point in the country (interviews, focus groups, document review, visit UN agencies) **(7 days after the Secretariat receives the inception report)**

#### **Field Visit (Duration 5-7 days)**

1. The consultant travels to the country to observe and contrast the preliminary conclusions stated in the inception report. The agenda establishes the visit in the country and the Secretariat facilitates the consultant's visit through e-mails, telephonic calls and coordination arrangements and the evaluation focal point in the country.
2. The consultant will have a debriefing session with the main stakeholders with whom he has interacted.

#### **Final report (Duration 31 days)**

1. The consultant delivers a draft of the final report to the Secretariat that is shared with the reference group of the evaluation (10 days from the day the field visit finalizes).
2. The reference group of the evaluation could suggest changes in data or facts that do not reflect the reality or are incorrect based on evidence that can be contrasted. The evaluator fully exercises its independence; she/he will be the only responsible for the changes in the text of the report. The Secretariat is also entitled to suggest changes to the report in order to ensure quality and reliability of the evaluation exercise **(7 days from the delivery of the final report)**

The reference group of the evaluation can also express its opinion on the different evaluation judgments but these opinions cannot affect the independent judgement of the evaluator to express his/her evidence-based appreciations, findings and recommendations on the programme.

3. The portfolio managers assess the quality of the evaluation report by applying the criteria established in this TOR (included as annex)

4. Once the reference group of the evaluation finishes its contribution and suggestions to the report. The consultant decides which ones will integrate the report and discard the rest by explaining why. The portfolio manager reviews the final copy of the evaluation report that officially sends it to the evaluation reference group, relevant stakeholders and published online. **(7 days from the day the reference group sends their comments on the report)**
- C. Management response and improvement plan: (7 days after the report is delivered to the reference group)**
1. The portfolio manager of the Secretariat initiates a dialogue with the joint programme management to establish an improvement plan that incorporates the recommendations from the mid-term evaluation.
  2. The portfolio manager also agrees to a simple dissemination and communication plan in order to spread findings and recommendations to different stakeholders.

## 11. ANEXES

5. Joint Programme document, results framework, M&E framework
6. Annual Plan
7. Monitoring reports
8. Annual reports

Anexo 2: Calendário de visitas

<i>Data</i>		<i>Lugar</i>	<i>Encontros</i>
4/10/2010	5h00	Chegada em Luanda	
	9h00	RCO – Luanda	Sr. Marco-Antonio Ortega Estébanez, Especialista de Coordenação – Assistente Especial da Coordenadora Residente Sra. Amaya Olivares, Analista de Programa – PNUD
	10h00	PNUD - Luanda	Sra. Gita Honwana Welch, Directora do PNUD Sr. Josué Gomes de Almeida, Conselheiro Económico Sra. Kamia Carvalho (Directora Adjunta) Sra. Amaya Olivares, Analista de Programa - PNUD
	11h00	UNICEF - Luanda	Dr. Koen Vanormelingen, Representante UNICEF e RCO ai Sra. Debora Bonucci, UNICEF wash specialist Sr. Edson Monteiro, UNICEF National Programme Officer Sra. Amélia Russo de Sã, Representante Adjunta UNICEF Sra. Amaya Olivares, Analista de Programa - PNUD
	12h00	PNUD - Luanda	Sra. Amaya Olivares, Analista de Programa PNUD
	14h30	Equipe técnica do programa – PNUD Luanda	Sr. Marco-Antonio Ortega Estébanez, Especialista de Coordenação – Assistente Especial da Coordenadora Residente Sra. Amaya Olivares, Analista de Programa - PNUD Sr. Edson Monteiro, UNICEF National Programme Officer Sr. Antonio De Menezes – Ministério do Ambiente Sr. José Velasco Marcelino, Ministério de Energia e Águas Sr. Debora Bonucci, UNICEF Wash specialist
5/10/2010	7h00	Chegada em Luena	
	8h00	Escritório IOM/UNICEF Luena	Sr. Daniel Ziegler, IOM Sr. Edson Monteiro, UNICEF National Programme Officer Sr. Manoel Quingani, Responsável Oxfam Segunda Noé Mario Pinto, Mobilizador DPA
	9h00	Escritório IOM/UNICEF Luena	Sr. Manoel Quingani, Responsável Oxfam Sr. Segunda Noé Mario Pinto, Mobilizador Direcção Provincial de Águas
	10h00	Escritório IOM/UNICEF Luena	Sr. Daniel Ziegler, IOM
	12h00	Kamanongue	Sra. Ginga, Administradora Adjunta Kamanongue
	18h00	Chegada em Luau	
6/10/2010	9h00	Município Luau	Sra. Nora Isac, Administrador Adjunta de Luau
	10h00	Município Luau	Sr. José Luchaze Maxinha, Chefe Fiscalização Luau
	AM	Bairro Chiongo	Entrevistas Grupos homens, mulheres Entrevistas Grupo IOM alfaietaria

	PM	Bairro Salilema	Entrevistas Grupo IOM padaria Entrevistas Grupo IOM piscicultura
	PM	Bairro Retornado	Entrevistas Grupos homens, mulheres
	PM	Bairro 11 Novembro	Entrevistas Grupo Água e Saneamento - GAS (OXFAM)
	18h00	Luau	Sr. José Adão, Vice-Presidente Brigada Municipal e Escriturário Repartição Assuntos Sociais
7/10/2010	8h00	IOM Luau	Sr. Daniel Ziegler, Chefe de Sub-escritório OIM Moxico Sr. Efran Panoy, Chefe de Sub-escritório OIM Luau
	AM	Luau	Sr. Segunda Noé Mario Pinto, Mobilizador, Direcção Provincial de Água
	12h00	Municipalidade de Kamanongue	Sra. Ginga, Administradora Adjunta de Kamanongue
	13h00	Municipalidade de Kamanongue	Sr. Mateus Jorge, Chefe de Secção Serviços Comunitários Repartição Fiscal Sr. Jofimo Tulliteno, Chefe de Repartição Planeamento
	PM	Municipalidade de Kamanongue	Visita do carneiro de Muxiringinge
	PM	Chegada em Luena	
	20h00	Luena	Sr. Celestino Kapondo, Chefe do Departamento de Águas - DPA
8/10/2010	8h00	Escritório IOM/UNICEF Luena	Sr. Carlos Lemos, Representante UNICEF Luena
	AM	Bairro Chicala	Visita mini-sistema de abastecimento de Água Entrevistas grupos homens e mulheres
	13h00	Luena – Residência Dom Bosco	Padre Jojo, Dom Bosco
	PM	Luena e zonas periféricas	Centro de formação Dom Bosco Pontos de água Dom Bosco
	PM	Luena	José Gomes, Chefe Equipe de perfurações Dom Bosco
	PM	Bairro Sandongo II	Ponto de água (Afridev) Entrevista tesoureira GAS e utentes
9/10/2010	7h00	Chegada em Luanda	
10/10/2010	AM	Bairro da Pedreira - Cacuaco	Filmagem pelo PNUD da comunidade Entrevistas de membros da associação de moradores Sra. Valentina Bau, Comunicação RCO Sr. Adriano Adão, Development Workshop
11/10/2010	10h00	Luanda – Direcção Nacional de Águas – SISAS	Sr. António Quaresma, Chefe Departamento Abastecimento e Saneamento Sra. Mirtha Murillo, Especialista MIS-WES
	14h00	Luanda - AECID	Sr. Juan Ovejero Dohn, Director de Programas

	16h00	Luanda - UNICEF	Equipe WASH: Sr. Edson Monterio, Oficial de Projecto WASH Sra. Deborah Bonucci, Especialista Água e Saneamento Dr. Brandão, Chefe de Sobrevivência e Desenvolvimento Acelerado da Criança
12/10	10h00	Luanda – EPAL	Sr. Lionido Gustavo Ferreira de Ceita, Presidente do Conselho de Administração Sr. Francisco Talino, Administrador
	12h00	Luanda - INEFOP	Sra. Corina Jardim, Directora INEFOP
	14h00	Luanda - Oxfam	Sr. Gabriel de Barros, Oficial de Programa Sr. Estevez Mbela, Representante
	17h30	Luanda	Sr. Pedro Diatilo, Consultor Nacional OIT
13/10	AM	Viagem para Cacucaco	Sr. Antero Pina, Chefe de Departamento WASH – UNICEF
	AM	Cacucaco - Municipalidade	Apresentação as autoridades
	AM	Cacucaco Bairro da Pedrera	Entrevista de mulheres utentes de chafarizes Entrevista de membros da Comissão e Associação de Moradores Visita de 3 pontos de água
	PM	Cacucaco	Visita da escola de Kaope
	PM	Cacucaco – Municipalidade	Dr. António Pasqual, Chefe de Secção Saúde Pública
	PM	Cacucaco – Municipalidade	Sr. Agostinho, Chefe Repartição Energia e Água
	PM	Cacucaco – Municipalidade	Sr. Pedro Nunes, Chefe Planificação- Repartição Educação
	19h00	Luanda – Development Workshop	Sr. Allan Cain, Director
14/10/2010	AM	Viana	Visita escola nº918 Visita de 4 chafarizes - bairro de Moxico Entrevista mulheres
	PM	Viana - municipalidade	Equipe água e saneamento: Sr. Gaspar, Chefe da Secção Energia Sr. Luis e Caculo, funcionários Repartição Energia e Água Sr. Inacio Marcos Cardoso, Chefe da Repartição Energia e Água Sr. Elido Cruz, Representante EPAL Sr. Manuel Eduardo (UNICEF)
	PM	Kilamba Kiaxi	Apresentação as autoridades Sr. Daniel Muondo (Director do Gabinete do Administrador de Kilamba Kiaxi)
	PM	Município de Kilamba Kiaxi	Visita das escolas nº6009 e 6058 (sistemas de água) Sr. Pedro Alfonso, Chefe Repartição Energia e Água
15/10/2010	9h00	Luanda – PNUD- apresentação dos resultados preliminares	Sra. Debora Bonucci, UNICEF Especialista WASH Sr. Antero Pina, Chefe de Departamento WASH – UNICEF Sra. Valentina Bau, RCO – Comunicação Sr. Amaya Olivares, Analista de Programa - PNUD

			<p>Sr. Antonio De Menezes – Ministério do Ambiente          Sr. José Velasco Marcelino, Ministério de Energia e Águas          Sr. Juan Ovejero Dohn, Director de Programas - AECID          Sr. Belisário Dos Santos, Development Workshop          Sr. Josué Almeida, PNUD          Sra. Vitoria Matuvu, UNICEF          Sra. Kamia Carvalho, UNDP</p>
	12h00	Luanda – UNICEF debriefing RCO ai.	<p>Dr. Koen Vanormelingen, Representante UNICEF e RCO ai          Sra. Amélia Russo de Sã, Representante Adjunta UNICEF          Sr. Antero Pina, Chefe de Departamento WASH – UNICEF</p>
	14h00	Luanda - UNICEF	<p>Sra. Clara Barona de Aerbe, Chefe de Comunicação do Programa</p>
16/10/2010	AM	Saída de Luanda	

Anexo 3: Abordagem metodológico detalhado

### Metodologia da avaliação

Vários princípios básicos serão utilizados para efectuar esta avaliação:

- Participação efectiva dos protagonistas (governo, agências, comunidades incluindo entrevistas orientadas pelo género)
- Triangulação de toda a informação recolhida (antes da chegada do consultor será elaborada uma *checklist* com todas as problemáticas a analisar).
- Busca de consenso e acordo sobre as recomendações em conjunto com os protagonistas do programa.
- Transparência na apresentação dos resultados (todos protagonistas serão convidados para esta apresentação).

O consultor vai elaborar uma lista de questões a serem investigadas durante o trabalho de campo e preparar os questionários.

O *check-list* é o documento que organiza a missão :

- Quais as informações a obter,
- Onde obter essas informações (qual protagonista? Quais são as diferentes fontes de informação que facilitam uma triangulação?)
- Como as obter (quais ferramentas a utilizar? Entrevista, relatório, grupo focal, entrevistas individuais, dados governamentais, etc.)

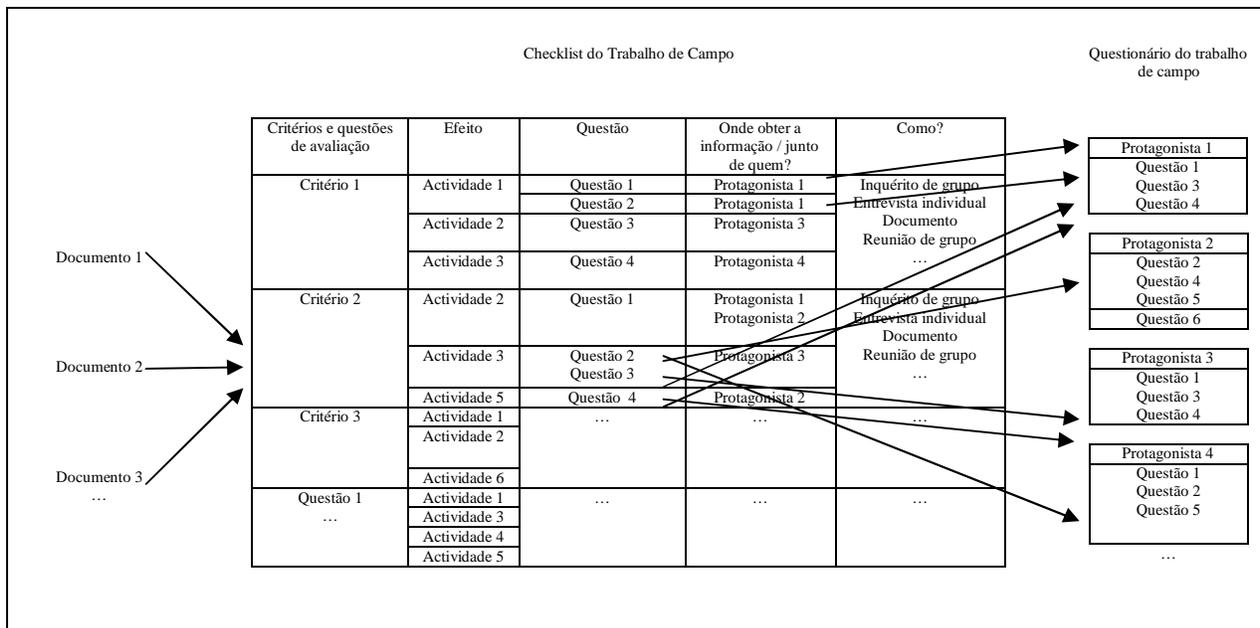
**Lista de objectivos do trabalho de campo**

A metodologia adoptada será baseada em 4 passos: 1. Aquisição passiva dos dados, 2. Aquisição activa dos dados, 3. Análise dos dados e respectiva conversão em informação relevante e 4. Interpretação da informação,

- 1. Aquisição passiva dos dados:** análise documental (análise do PRODOC, dos programas nacionais do PNUD e das agências nacionais, relatórios periódicos de planeamento, de M&E, etc.).

Durante esta fase, o consultor vai elaborar uma *checklist* detalhando para cada tópico de avaliação como e junto de quem obter a informação relevante. Os questionários visando os beneficiários serão elaborados a partir desta lista.

2. **Aquisição activa de dados:** entrevistas de todos os protagonistas interessados ; inquéritos individuais ou em grupo focais dos beneficiários finais / institucionais responsáveis pela implementação e de protagonistas externos; as características das entrevistas (número, grupo alvo, duração) serão determinadas a partir desta *checklist*.
  - Amostragem das infra-estruturas e entrevistas de beneficiários com particular ênfase na capacitação e apropriação
  - Entrevistas dos protagonistas implementando o programa (agências da ONU, municípios, DAS-MINEA, UTNSA-MINAM, administrações provinciais e municipais de Luanda, Moxico e de municípios seleccionados, ONGs nacionais e internacionais, INEFOP, EPAL, etc.) para avaliar a eficiência e eficácia da implementação do programa
  - Discussão aberta com os protagonistas externos (a serem definidos à chegada do consultor em Luanda), activos na área do programa e/ou no sector
  
3. **Análise dos dados:** conversão dos dados em informação relevante a fim de estabelecer o ponto da situação actual do programa e para a tomada de decisões por parte do Secretariado, NSC e PMC; inclusão da informação no relatório de avaliação – formulação de recomendações.
  
4. **Apresentação e discussão dos resultados** com todos os protagonistas; sessões de apresentação previstas no final da missão, em Luanda.



Quadro metodológico da avaliação do programa – trabalho de campo

Tal como é habitual em avaliações rápidas como esta (5-6 dias de trabalho de campo prévio, seguido de discussões em Luanda), não serão produzidos dados estatisticamente significativos; possivelmente nem todos os tipos de actividades poderão ser analisados no terreno; daí a importância da triangulação

através de entrevistas e recolha de dados junto de vários protagonistas.

Anexo 4: Apresentação PowerPoint durante o debriefing

***Avaliação de médio termo do MDG-f:  
governança económica “Água e saneamento”  
apresentação dos resultados preliminares***

## **Introdução**

### **Avaliação rápida - objectivos:**

- Revisitar os resultados: 1. políticas e marco regulatório, 2. infra-estruturas, 3. monitoria pelos municípios, 4. responsabilização dos parceiros ao nível local, 5. gestão programa  
→ ponto da situação
- Relevancia <> objectivos ODM
- Identificação pontos de bloqueio → sugestões / recomendações

# Metodologia

## Princípios:

- Participação efectiva dos parceiros
- triangulação das informações
- Transparência

1. Análise dos documentos
2. Entrevistas iniciais multilaterais
3. Visita de campo: beneficiários finais / municípios
4. Entrevistas bilaterais
5. Dados → informação
6. Informação relevante → recomendação / sugestões para melhoria

# Desenho

- Muito ambicioso
  - redução dos objectivos já realizada (500 GAS → 120 GAS)
- Programa tocando todos os parceiros do sector
  - visão holística do sector ; + efectivo ; + sustentabilidade
- >> complementaridade com programas actuais (UN e ONGs):  
integração
  - → + eficiente
  - → continuação apoio depois do fim do programa

# Resultados

## Até agora (meio termo)

- **Políticas do sector – PNUD (RESULT1):**
  - execução nacional
  - regulamento lei de aguas (sem informação – Gabinete jurídico???)
  - lei saneamento, estudos transversais, plano director KK, formação ODM jornalistas: TOR / escolha consultores – estudos por fazer
- PNUD sem 'leverage' (valor ascrentado PNUD não reconhecido) / pontos focais GOA não dedicados exclus. para lobbying
  - avanço muito lento – pouco resultado / solução do PNUD: gestor nacional de programa dentro do GOA

# Resultados

## Até agora (meio termo)

- **Infra-estructuras e autonomia / responsabilização – Moxico (RESULT2&4):**
  - Problematicas: acesso / dificuldades de monitoria
    - UNICEF: execução ONG (Oxfam, TSA, Dom Bosco) ; IOM execução própria
    - OIT : análise do sector privado (consult. em curso)
  - 11 furros Luena (escolas / hospitais / alguns GAS) - fraca sensibilização
  - 20 grupos geração de renda
  - Por fazer ainda (2011/2012):
    - furros Luena (6 novos) e poços Luau (26 rehab.) e Camanongue (11 novos & 1 chafariz)
    - Sensibilizações / reforço GAS e brigadas municipais / STLC

# Resultados

## Até agora (meio termo)

→ De-sincronização (geográfica / temporal) das actividades :  
infraestructuras / sensibilização / geração de renda

→ BOM potencial de organização dos grupos GAS (ex. conta  
banc, lavras) ; falta acompanhamento

→ Abordagem da sustentabilidade não clara para os parceiros  
(GAS, brigada, DPA, ONG)

Peças por via de GOA / ONG / UN / sector privado?  
→ modelos de sustentabilidade (GOA / sector privado  
[fabricação / importação]) ainda por testar

# Resultados

## Até agora (meio termo)

### **-Infra-estructuras e autonomia / responsabilização – Luanda (RESULT2&4):**

- Problemáticas: preço da água muito subsidiado (EPAL → água para  
todos) ; visões <> dos municípios sobre o tipo de gestão  
- UNICEF: infraestructuras GOA/empreiteiro ; mobilização: ONG (DW  
& CARE)

- 15 chafarizes construídos (Cacuaco / Viana) / boa sensibilização a  
sustentabilidade (→ associações DW) – formação zeladores KK  
- > 10 sistemas de água em novas escolas (ainda não operacional)  
- ??? grupos geração de renda (DW)

# Resultados

## Até agora (meio termo)

- Por fazer ainda (2011/2012):

- Cacuaco: 11 construções chafarizes
- Kilamba Kiaxi: +/- 65 reabilitações

- Associativismo (criação associações) → necessidade de acompanhamento a longo prazo para reforçar – QUEM? ONG, município

Meios de sustentação das associações / zeladores não claros

Duvidoso: criação de rede de associações / coligação de utilizadores (duração - programa muito curto)

→ modelo de gestão chafarizes ainda por desenvolver / testar (sustentabilidade?)

# Resultados

## Até agora (meio termo)

- **Monitoria pelos municípios (RESULT3):**

- Problemáticas: descentralização municipal dos recursos fin. ainda não efectiva → não ha flexibilidade para monitorar actividades ; fundo WATSAN duvidoso

- Capacidade muito fraca em Moxico (RH & equipamentos)

- Apoio: PNUD: equipamentos / formação (concurso: desenho TdR, acompanhamento, entregue)

- SISAS KK: formação 60 funcionarios, inventário realizado e nas mãos do município ; falta PDA para actualização

→ ++ instrumento de planeamento municipal

## Conclusão

- Impacto potencial >> (ODM) do programa se concluir nº de infra-estruturas e criação de grupos de gestão
  - nº de beneficiários, GAS, brigadas, associações de utilizadores
  - Beneficiários (mulheres) com mais tempo (actividade econ., menos pressão financeira) / efeito saúde (Moxico)
- > Risco:
  - não ha ainda orientação do GOA (lei saneam., regul. águas) sobre o que pode /deve-se fazer
  - não há mecanismo para sustentabilidade imediata dos grupos de gestão
    - ex1. preço justo da água [zel. + manut.] / e/ou outra fonte de renda de grupos de manut. em Luanda: todo ainda por negociar
    - ex2: inexistência de rede de sobressalentes em Moxico → falta informação resolução ad-hoc

## Recomendações

- em Moxico:
  - re-sincronização das actividades necessária (IOM / UNICEF)
  - Aproximação OIM / OIT: para reforçar grupos de geração de renda (ex. via INEFOP?) – empreendedorismo
  - OIM: estudar a combinação sistema piscicultura (grupo ger. renda) / criação suína (actividade GAS)
- Melhorar sustentabilidade técnica:
  - A meio prazo: OIT: analisar factibilidade de treinamento de artesões / < empresas existentes na fabricação local de sobressalentes
  - A curto prazo: DPA informa municípios / brigadas : estoque peças Dom Bosco

## Recomendações

- Em Luanda (chafarizes e grupos beneficiarios):
  - ONGs e municípios:
    - Refleitar sobre um modelo de organização GAS e associações que representa os interesses dos utilizadores:
      - Modelo por associação, zelador de município, negociar o preço da água (Municípios / benef. / contrato PAL)
    - Troca de ideais / conceitos / experiências:
      - entre municípios (KK, Viana, Cacuaco)
      - entre ONGs (Oxfam, CARE, DW [Dom Bosco, TSA?]) :
        - ODA e assoc. ?
      - com participação Coordenador - Programa

## Recomendações

- Em Luanda:
  - UNICEF: Sistemas de água e escolas: protecção das infra-estruturas por vedação → buscar fundos
  - PNUD: políticas : sem avanço Regulamento Lei de Águas (valor do PNUD?), redirigir fundos par outras actividades PNUD (troca experiências, estudos transversais) ou UNICEF(ex. metodo PHAST)
    - SISAS: entregue PDA a KK para actualização dados
- Comun Luanda e Moxico:
  - Reforçar componente saneamento: ONGs devem combinar PHAST (mensagens saneamento e lixo) e STLC (latrinas) → modificar PCAs / mais fundos para formar mobilizadores? Ver modelo Oxfam

# Recomendações

- Ao nível do programa:

Necessidade de uma Coordenação Programa:

Para qué?

- Lançar actividades comuns : ex. visibilidade do fundo MDG
- Analisar problemáticas do programa (sustentabilidade / poucos avanços política) → sugerir modificações de actividades das agências
  - Ex1. abastecimento em peças sobressalentes: busca de solução / mecanismo : DPA (DNA?) / ONG (incluir DW?) / UNICEF
  - Ex2. reflexão modelo de gestão GAS / associações
  - Ex3. abordagem direitos humanos: direitos / deveres dos utentes em termos de água e saneamento (contactos ONG / municipio / utentes)

# Recomendações

Ao nível do programa:

- Como?

1. Recrutamento Coordenador (Nutrição + Governação Económica)
2. Criação grupo restrito (think tank 1 ONG, 1 agência, + national program manager?) do PMC respondendo directamente ao PMC (= órgão de decisão)

Anexo 5: Questionário – beneficiários finais

## Questionário furo – poço - chafariz

### 1. Dados gerais:

- 1.1. Lugar e data
- 1.2. Numero de habitantes na aldeia
- 1.3 presença :       homens   mulheres

### 2. Infra-estrutura:

- 2.1. Poço – furo - nascente?
- 2.2. Data de construção /reabilitação
- 2.3. Cerimónia / abertura : sim/não? Quem era presente ?
- 2.4. Proprietário do terreno ?

### 3. Preparação

- 3.1. Quantas reuniões para falar da agua / antes / depois da construção
- 3.2. A vossa contribuição

### 4. Utilização do ponto de agua

- 4.1. Funcionamento : S/N/parcialmente
- 4.2. Se não, porque ; falta de peças, \$, artesão
- 4.3. Duração de utilização (nº de horas ?)
- 4.4. Número de utilizadores / recipiente conhecido ? S/N
- 4.5. Problemas mais frequentes dos utentes (higiene, nicha, falta de agua, distancia, etc.)
- 4.6. O que faz-se para resolver esses problemas?
- 4.7. Limpeza – quem limpa os arredores do ponto de agua ? Salário?

### 5. GAS

- 5.1. Desde quando existe?
- 5.2. Explicar função / as actividades realizadas (gestão – manutenção - educação)

### 6. Actividades de gestão

- 6.1. Qualidade dos dirigentes ; posição das mulheres
- 6.2. Cotização :S/N ; quem decidiu do valor ? sistema : caixa / valor actual conhecido ou em natureza?
- 6.3. Quem nomeou os dirigentes? Periodicidade de mandato ?
- 6.4. Frequência das reuniões – mostrar caderno
- 6.5. Objecto das reuniões?
- 6.6. Condições de acesso ao ponto de agua (financeiras ou não)
- 6.7. Toma-se em conta as pessoas vulneráveis
- 6.8. Utilização das cotizações (manutenção, peças, salário)
- 6.9. Conhece-se o valor das peças / manutenção
- 6.10. Outros assuntos não mencionados

### 7. Actividades manutenção (artesão)

- 7.1. Porque / como se tornou artesão – conhecimentos de base ?
- 7.2. Presença no ponto de agua (frequência / periodicidade)
- 7.3. Formação recebida ? quando por quem
- 7.4. Existência de sobressalentes? Localização / responsabilidade
- 7.5. Existência de um manual de reparação – ferramentas
- 7.6. Avarias já encontradas
- 7.7. Já se chamou outras pessoas para qual tipo de avaria ?

7.8. Outros assuntos não mencionados

## 8. Saneamento

- 8.1. receberam formação em assuntos de saneamento
- 8.2. actividades de saneamento já feitas
- 8.3. actividades com mais êxito
- 8.4. actividades com menos êxito
- 8.5. Outros assuntos não mencionados

## 9. Comité municipal

- 9.1. Desde quando existe?
- 9.2. nº de reuniões para criar comité ?
- 9.3. Explicar função / objectivo / as actividades realizadas
- 9.4. Qualidade dos dirigentes ; posição das mulheres
- 9.5. Existem cotização dos GAS para fazer parte do comité municipal
- 9.6. Quem nomeou os dirigentes? Periodicidade de mandato ?
- 9.7. Frequência das reuniões – mostrar caderno
- 9.8. Objecto das reuniões? Assuntos falados mais frequentemente / como se resolvem esses problemas
- 9.9. Caixa : S/N ; valor ? donde vem o dinheiro ?
- 9.10. Tem estoque de peças? Falta peças?
- 9.11. Conhece-se o valor das peças / manutenção
- 9.12. Onde procura-se peças sobressalentes
- 9.13. Outros assuntos não mencionados

### Questionário género

Numero de mulheres presentes

## 1. Implicação

- 1.1. As mulheres foram consultadas para esse projecto ? S/N  
Se Sim, para quê

## 2. 3 Necessidades prioritárias das mulheres

## 3. Busca de água

- 3.1. Quais são as vantagens do ponto de agua melhorado?  
Se tempo mencionado : quanto antes / depois)
- 3.2. Quais são as desvantagens do ponto de agua melhorado
- 3.3. Para que tipo de actividade ainda se utiliza água de rio /fonte não melhorada

## 4. Perguntas Individuais :

- 4.1 Quantia de agua ontem na casa (recipiente / L)
- 4.2 Nº de pessoas ontem na casa?
- 4.3 Aonde busca-se água normalmente (rio, nascente, poço, bomba...)
- 4.4 A busca de água demora mais ou menos desde a instalação do ponto de água?
- 4.5 Quantos recipientes na casa para guardar água?
- 4.6 Recipiente cobertos?
- 4.7 Família tem latrina? Quantas famílias utilizam?

- 4.8 Quantos sabonetes foram comprados este mes? Preço de um sabonete?
- 4.9 N° de Casos de diarreia a ultima semana na família?
- 4.10 Quais doenças são transmitidas pela agua ? (verminosas, diarreias, amibiases)
- 4.11 O que faz-se quando sua criança tem diarreia? (prepara SRO, centro de saúde, médico tradicional, nada?)
- 4.12 Conhece alguns procedimentos para ter agua potável (ferver, produto químico, filtrar, outro)
- 4.13 Já receberam info sobre higiene e saneamento? Por quem quando?

#### **Questionário municipalidade**

1. Municipalidade com próprio orçamento?
2. Planos da municipalidade no sector de agua
3. Existem mecanismo de comunicação com organizações comunitárias (GAS, ACA...)
4. Recolhe-se info sobre GAS (qual?) (caixa, tempo ponto de agua não funcional, n° de utentes?)
5. Para que servem essas informações

Anexo 6: Contribuição local e nacional das actividades aos ODMs

As per original result framework

Goal	Target	Output	Potential contribution by programme's end based on current results
Goal 1: Eradicate extreme poverty & hunger	Target 1: Halve, between 1990 and 2015, the proportion of people whose income is less than \$1 a day	Not relevant	
	Target 2: Achieve full and productive employment and decent work for all, including women and young people	<u>Output 2.4</u> up to 120 sustainable livelihood projects implemented to increase community members to pay for WATSAN services by 2010	Up to 45 relevant micro-projects are being supported (IOM) but there is no direct linkage between the activity and paying for water ; in any case, people prefer to pay primarily for education and health; hence the necessity to educate beneficiaries in the importance of WATSAN
Goal 2: Achieve Universal Education	Target 3: Ensure that, by 2015, children everywhere, boys and girls alike, will be able to complete a full course of primary schooling	Not relevant	
Goal 3: Achieve gender equity	Target 4: Eliminate gender disparity in primary and secondary education, preferably by 2005, and in all levels of education no later than 2015	Not relevant	
Goal 4: Reduce child mortality	Target 5: Reduce by two thirds, between 1990 and 2015, the under-five mortality rate	Not relevant	
Goal 5: Improve maternal health	Target 6: Reduce by three quarters the maternal mortality ratio	Not relevant	
	Target 7: Achieve universal access to reproductive health	Not relevant	
Goal 6: Combat HIV/AIDS and other diseases	Target 8: Have halted by 2015 and begun to reverse the spread of HIV/AIDS	Not relevant	
	Target 9: Achieve, by 2010, universal access to treatment for HIV/AIDS for all those who need it	Not relevant	
	Target 10: Have halted by 2015 and begun to reverse the incidence of malaria and other major diseases	Not relevant	
Goal 7: Ensure Environment Sustainability	Target 11: Integrate the principles of sustainable development into country policies and programmes and reverse the loss of environmental resources	<p><u>Output 1.1</u> WATSAN policy review to embrace pro-poor community participation in the management of WATSAN utilities</p> <p><u>Output 1.2</u> Six municipal WATSAN master plans adopted by 2009</p> <p><u>Output 1.3</u> Pro-poor consolidated regulatory framework for WATSAN sector by 2010</p>	<p>Will be initiated by programme's end but it remains to be seen whether GoA will first endorse it first and approve it (after how long?); it remains a political issue in the end</p> <p>3 might be achieved by program's end; for proactive municipalities (only), it is a powerful tool to guide WATSAN actions for the next few years</p> <p>Rules are being very slowly discussed between <i>grupos GAS</i>, municipalities, EPAL; the exact details might vary from one municipality to another (especially in rural areas). For urban</p>

		<p><u>Output 1.4</u> National WATSAN sector management Information System by 2009</p> <p><u>Output 3.1</u> Municipal monitoring boards for monitoring community WATSAN units</p> <p><u>Output 3.2</u> WATSAN funds established in 30 <i>municípios</i> to support community WATSAN units</p>	<p>areas, there is still a lot of confusion as to what kind of model is most appropriate (complete control by EPAL, communities, etc). A common framework will be unlikely achieved by programme's end as it needs long term capacity building of <i>grupos</i> GAS in rural areas and encompasses other factors in urban areas (like fixing EPAL water prices, community share of contributions, role of municipality, etc)</p> <p>Decentralised SISAS is nearly operational in 1 municipality. It is unlikely to work in rural (e.g. Moxico) municipalities; interviews showed that empowerment is strong because it enables municipalities to plan better water supply projects</p> <p>No information on this activity</p> <p>Very relevant but very unlikely to be implemented due to the weakness of existing and currently being formed GAS</p>
	<p>Target 12: Reduce biodiversity loss, achieving, by 2010, a significant reduction in the rate of loss</p>	<p>Not relevant</p>	
	<p>Target 13: Halve, by 2015, the proportion of the population without sustainable access to safe drinking water and basic sanitation</p>	<p><u>Output 2.1</u> New water &amp; sanitation user in 120 communities accessing improved WATSAN systems</p> <p><u>Output 2.2</u> 500 community WATSAN structures capacitated in community WATSAN management by 2010</p> <p><u>Output 2.3</u> local contractors capacitated in the provision of services &amp; equipment to community WATSAN schemes by</p>	<p>GAS are still very fragile but the building block when considering sustainability of WATSAN infrastructures; participatory approach is very important as these groups will fade with time once donor has gone ; 2 conditions are necessary: 1. proactive leadership (major issue in Moxico as Don Bosco was unable to inspire participation [too paternalist] ; CARE will probably revert the situation; 2. Availability of spare parts; it is a major issue as it has not been addressed by the programme in Moxico ; in Luanda, the issue is whether GAS will be enabled to decide on their WATSAN resources (mainly '<i>chafarizes</i>') or be directed by other stakeholders (municipality, EPAL)</p> <p>120 structures at best will be supported; highly unlikely that all of them will still exist 1 or 2 years after the programme ; remaining programme duration is much too short (barely 12 months) to really strengthen capacity of GAS - long term support (multi-year) must be considered in the future</p> <p>The main issue is the lack of capacity to import or build spare parts for pumps in Moxico ; the program does</p>

		<p>2009</p> <p><u>Output 4.1</u> 80% of population in target areas aware of basic rights relating to water &amp; sanitation &amp; knowledge to claim for improved service delivery</p> <p><u>Output 4.2</u> Water users coalitions formed &amp; capacitated to advocate for improved delivery of services to poor communities by 2009</p> <p><u>Output 4.3</u> WATSAN forums institutionalized by 2009</p> <p><u>Output 4.4</u> Periodic participatory evaluation of the provision of WATSAN services</p>	<p>not address comprehensively this issue together with the Government; in Luanda, some trainings were facilitated for contractors and acknowledged as relevant (according to interviewed contractors)</p> <p>Initially very downsized result due to the Government sensitivity on the issue; very unlikely to achieve any impact within this programme; should be implemented by NGOs on a much wider scale</p> <p>Coalitions could be initiated by program's end in Moxico by strengthening municipal brigades but it is still early (need for a critical mass of GAS to be operational first)</p> <p>No activity yet ; some support might be initiated to under-funded national / provincial forums</p> <p>No information</p>
	<p>Target 14: By 2020, to have achieved a significant improvement in the lives of at least 100 million slum dwellers</p>	Not relevant	
Goal 8: Build Partnership for Development	<p>Target 15: Address the special needs of least developed countries, landlocked countries and small island developing states</p>	<p><u>Output 5.1</u> Programme coordination</p> <p><u>Output 5.2</u> Programme monitoring &amp; evaluation</p>	<p>The lack of coordination is the main stumbling block of the program whatever the bilateral solutions found between the main stakeholders to cooperate and coordinate</p>
	<p>Target 16: Develop further an open, rule-based, predictable, non-discriminatory trading and financial system</p>	Not relevant	
	<p>Target 17: Deal comprehensively with developing countries' debt</p>	Not relevant	
	<p>Target 18: In cooperation with pharmaceutical companies, provide access to affordable essential drugs in developing countries</p>	Not relevant	
	<p>Target 19: In cooperation with the private sector, make available benefits of new technologies, especially information and communications</p>	Not relevant	